



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2007

### Acta n.º 21

Ao décimo sétimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, no Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de Dezembro e Aditamento de doze de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 23/04/2007 com continuação em 27/04/2007; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da adenda ao contrato de prestação de serviços de 3 Circuitos de Transportes Urbanos na cidade de Albufeira - Repartição de encargos; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação de reclamação e tomada de posição sobre a venda em hasta pública de prédios clandestinos em Paderne. -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do Direito de Superfície a favor da Associação "Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Têrreas do Algarve" - Concretização da "Aldeia da Solidariedade", nos termos na alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração por adaptação do PDM de Albufeira, nos termos do D.L. n.º316/2007 de 19 de Setembro e do PROTAL na sua redacção actual. -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Ana Luísa Sousa Simões, Manuel José Guerreiro Gonçalves, José Joaquim do Carmo Pimenta, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaró, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Vice Presidente, José Carlos Rolo em substituição do Sr. Presidente da Câmara Municipal, dos Vereadores em regime de permanência, António Gonçalves e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador, Fernando Anastácio. -----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Fernando Cabrita Neves. -

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Carlos Gabriel, Rui Bernardo e Fernando Neves, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, aos membros, Euridice Vieira, José Vila Nova, Ana Simões e José Pimenta. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão e passa a palavra ao público. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Carlos Ventura - A minha situação é a já habitual, é o caso das Sesmarias, que toda a gente já conhece. Todas as vezes que a menciono, fico sempre na expectativa de que resolvam a minha situação. Quando podemos dizer coisas que não estão bem, também podemos dizer coisas que não estão bem. Dirigi-me ao Dr. Rolo e o Sr. Carlos Quintino. A determinada altura, quando houve muitos acidentes na minha zona, vim falar com o Sr. Vereador Pescada, que estava nas mesmas funções que agora o Vereador Quintino, e a resposta foi que, não podia ser nada feito. Talvez por milagre não houve mortes naquela zona. Entretanto eu e o Sr. Carlos Quintino resolvemos uma situação, de fogo, naquela zona. Já houve outra situação com o Sr. Carlos Quintino, que por azar ouvi na rádio. Quando à vontade de fazer as coisas e as pessoas estão com esse sentido, as coisas tornam-se mais fáceis. Eu quando nasci, nasci numa casa onde a janela dava para o mar. Quando era jovem, os pescadores apanhavam muito peixe, entretanto, agora quando vão ao mar, apanham um balde com lulas. Tudo vai parar ao mar. Este é um problema que diz respeito a nós todos. As pessoas que estão nas Assembleia

Camarárias, é que são pagos para pensar, não sou eu. A concorrência desleal: chego ao centro de Albufeira, está a 4,50€ uma refeição, os estrangeiros não vão ter connosco. Os responsáveis estão aqui na Câmara e já tiveram. Estive na parte velha da cidade, e verifiquei que há casas com vários andares, onde foi alterada a sua estética, a parte histórica foi toda alterada. À parte do "Califórnia", que infelizmente tenho lá duas lojas, está fechado. Acabaram com o muro que fazia parte do castelo de Albufeira. Estamos aqui a brincar, damos autorizações a umas e a outras que deveríamos de dar, não se dão. Deveria haver igualdade. Esta cidade não está dentro do meu ideal de cidade, e eu pergunto ao Sr. Presidente, já que não posso perguntar directamente às pessoas, qual é a sensibilidade dele relativamente a esta terra onde eu nasci. Há pessoas que chegaram cá com uma atrás outra à frente, e acabaram por fazer fortunas fabulosas e para outros as oportunidades não foram iguais. Para terminar, e já o disse várias vezes, eu não tenho intenção de ofender ninguém, mas como sou ofendido tenho o direito de me defender. Estamos numa fase difícil da nossa sociedade. Eu fui ofendido na minha maneira de ser, prejudicaram-me várias vezes e eu não posso estar contente. Espero que vocês pensem bem na minha situação. Uma pessoa nasceu para ser feliz e não para ser infeliz. -----

Paulo Aboim - Boa noite a todos. Eu venho aqui, perguntar a esta Assembleia, se será possível, a Segurança do nosso concelho, dar um passeio pela freguesia da Guia, onde eu vivo, porque, de facto, está-se a tornar muito perigoso, com muitos assaltos às casas e não só. Não vou dizer que são porque não sei, mas com certeza são pessoas de má fé. Não aparece Polícia Municipal, nem GNR, não aparece ninguém! Era bom que, houvesse uma palavra da parte da Câmara, às Forças de Segurança, para passarem por aquela zona. Desta parte, agradeço, e faço outra pergunta. Agora como tenho mais tempo disponível, dou uns passeios e, ainda hoje foi para os lados de Faro, passei pela EN125 e à entrada de Faro vê-se aquelas rotundas. Tudo o que faz parte da EN125, ou seja do Instituto de Estradas está tudo arranjado e iluminado, e as pessoas que vêm visitar a nossa terra, que é a Guia, está aqui o Sr. Presidente da Junta que irá certamente dizer alguma coisa acerca do assunto, a iluminação de Natal está linda, é de agradecer, mas chegamos à rotunda do cruzamento da Guia, está lá um monte de terra. As pessoas perguntam: "Então é isto que identifica a terra da Guia, uma terra com tanto nome?" Obrigado. -----

#### PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

José Pimenta - Boa noite a todos. Gostaria de referir aqui duas ou três situações. A primeira, relativamente à Quinta da Palmeira, sobre o Polidesportivo que existe nesta área. O Polidesportivo foi construído com dois campos. Na altura os engenheiros, ou quem de direito, esqueceram-se que havia necessidade de sanitários e que era necessário também segurança naquela área. Acontece que, vivendo na Quinta da Palmeira, sucede que, com a falta de sanitários, os rapazes, à noite, fazem as suas necessidades no condomínio mais perto possível, ou em zonas que se encontram mais escuras. Eu gostaria de deixar aqui à atenção do executivo camarário, para a resolução dos sanitários, porque sem esta situação resolvida, além de os rapazes terem de fazer as suas necessidades, também há a necessidade de um bebedouro. Ainda em relação à

Quinta da Palmeira. Na minha opinião, não está aqui em causa, de maneira nenhuma, que haja um Gabinete que dê apoio aos toxicodependentes. Pergunto: será que uma zona residencial, será a melhor área para esta situação? Não será a continuação do Gabinete que esteja junto do Centro de Saúde? É uma pergunta que deixo aqui em aberto. Gostaria também de me referir às acessibilidades, nomeadamente entre o Montechoro e as Fontainhas. Todos sabemos das dificuldades passadas durante vários meses pelos utentes daquela área, entretanto não temos conhecimento, eu pelo menos que várias vezes passo lá, não encontro qualquer placa com a indicação do começo, o término e o valor dessa obra. De momento é tudo. -----

Berto Palma (Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água) - O Sr. Presidente não está aqui presente hoje, mas pergunto ao Sr. Vice-Presidente. Qual é o procedimento sobre a colocação de antenas de telemóveis? Porque nós temos uma freguesia pequena e temos seis antenas de telemóveis entre as quais quatro estão numa área de mais ou menos cinquenta metros umas das outras. Depois de ter visto o orçamento da Câmara Municipal, tenho uma preocupação sobre o saneamento nos Olhos d'Água. As habitações estão a crescer, em grande, com hotéis e não só, e sei que há uma Estação Elevatória para se construir na Rua 25 de Abril, para colher algum caudal de saneamento, para depois ser enviado para a Várzea de Quarteira. Para quando essa estação elevatória? -----

José Cabrita (Presidente da Junta de Freguesia de Guia) - Boa noite a todos. Quero dar uma informação ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da Guia e a toda a Assembleia. Antes do Verão, realizou-se aqui nesta sala, uma reunião com todas as forças de segurança, onde abordei os problemas de segurança da minha freguesia e a resposta dada pelo responsável foi de que, iriam passar lá mais vezes e identificar os lugares. Penso que isso tem sido feito, nomeadamente à paisana. Sobre a Polícia Municipal, não sei. Relativamente à rotunda da EN125, quero informar o seguinte: o Senhor passou por Faro e viu umas rotundas bonitas, mas quero lhe informar que essas rotundas são da responsabilidade da Câmara Municipal de Faro, que estão inseridas dentro da localidade de Faro, conforme está a de Lagoa. A nossa, está precisamente na mesma situação daquela que está em Alcantarilha, estão inseridas no Instituto de Estradas de Portugal. Muito cedo fez-se diligências para embelezar aquelas rotundas, da parte das Estradas de Portugal veio resposta negativa. Tenho toda a documentação remetida pelo Sr. Vereador Quintino. Entretanto, houve alteração no responsável do Instituto e o Sr. Vereador, voltou a pressionar, e já houve uma proposta, a qual a Câmara aceitou. Está previsto que no próximo ano, a Câmara Municipal de Albufeira, em colaboração com a Junta de Freguesia, vá embelezar essa rotunda da EN125. Muitas vezes, as coisas não se fazem, não porque nós não as queremos fazer, mas sim, porque existem outras pessoas que são os donos legítimos, não nos dão a autorização necessária. É o que eu posso informar sobre essa situação. Não sei se o Sr. Vereador Quintino quer acrescentar mais alguma coisa. -----

Vice-Presidente - Algumas questões que foram aqui levantadas, algumas foram mais intervenções do que propriamente questões, nomeadamente o Sr. Carlos Ventura, algumas delas transversais e várias vezes abordadas aqui, mas de qualquer maneira

agradecemos a sua intervenção. O Sr. Paulo Aboim, penso que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia acabou por lhe responder, no entanto se houver mais alguma questão, pode colocar relativamente à questão das rotundas, sendo elas inseridas numa parte de estrada que é da responsabilidade das Estradas de Portugal, obviamente não competirá à Câmara Municipal fazer esse trabalho, a única coisa que poderia competir era fazer um ofício. O Sr. Vereador Carlos Quintino completará o que eu estou a dizer e, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já o disse, a Câmara Municipal esteve em colaboração com a Junta de Freguesia no sentido de embelezar e melhorar essa dita rotunda. Relativamente a situação do concelho, como sabem e foi informado no Conselho Municipal de Educação na passada semana, salvo o erro, das demarches que o Presidente da Câmara fez junto do Ministro da Administração Interna, no sentido de alertar para os problemas de Segurança no concelho. Não vou aqui repeti-los, mas estão a ser reunidos esforços no sentido de reforçar aquilo que são os efectivos e a dinâmica no terreno. Não havendo efectivos, não poderá haver essa dinâmica de segurança mais assertiva e mais frequente. Penso que o assunto está a ser tratado, embora não se veja resultado de imediato. Vamos ver se dá alguns resultados, esperemos, bons. Sobre as questões do Sr. José Pimenta, sobre o Polidesportivo. Não tendo eu a área do desporto, irei transmitir a mensagem ao Sr. Presidente e ao responsável pela área do desporto, a quem diz respeito esta questão dos sanitários e da segurança. Sobre o Gabinete de Apoio ao Toxicodependente. Ser numa zona residencial ou numa zona não residencial, é um pouco discutível. Há linhas que defendem o facto de ser numa zona residencial, estão mais perto das pessoas, mais infusão. Seria melhor junto ao Centro de Saúde. A questão não é ser melhor ou pior, a questão é, haver instalações para reinstalar estes gabinetes. Relativamente à questão do Montechoro/Fontainhas. A informação sobre a obra deve ter lá estado, poderá ter caído, certamente. O Sr. Vereador Quintino poderá responder a esta questão, pois é do pelouro dele. Sobre o procedimento das antenas de telemóveis. Não tinha a noção da existência de tanta antena de telemóvel, quem está nos locais é que tem essa percepção. Essas antenas têm de ter licenciamento. Vou lhe pedir os locais exactos para averiguar essa situação. Sobre o Saneamento dos Olhos d'Água, o não estar aberta uma rubrica com o nome propriamente dito, não quer dizer que não se faça algumas estações de saneamento. Há uma rubrica chamada "grande rubrica", que é uma rubrica genérica sobre saneamento e não só, arranjos de estradas e caminhos, fornecimento de água, dentro dessa rubrica cabe muitas coisas sobre saneamento, nomeadamente um troço de rua com quatro ou cinco casas que ainda não tenha saneamento. Relativamente às questões colocadas, parece-me que estão respondidas. - Vereador Carlos Quintino - Boa noite a todos. Só para complementar duas informações, uma que diz respeito àquilo que é a rotunda da EN125. De quem é a competência, naturalmente, em termos paisagísticos, das Estradas de Portugal, como já aqui foi explanado, mas para, não só corroborar das palavras do Sr. Presidente de Junta de Freguesia, como também para explicar que esta Câmara Municipal teve conhecimento de que não havia por parte das Estradas de Portugal nenhum projecto de embelezamento paisagístico, pelo que, em contexto com a Junta de Freguesia, tomou a

liberdade de propor às Estradas de Portugal uma estrutura de embelezamento para aquela rotunda. Foi um processo difícil, com muita negociação e muita troca de informação porque, realmente, as Estradas de Portugal, curiosamente para aquela rotunda, em particular, requisitavam uma série de questões que se calhar em outras rotundas nós não vemos, uma série de critérios de segurança que se calhar em outras também não vimos, mas, enfim, isso é muito discutível. O que é certo é que se chegou a um consenso, e portanto, há cerca de três quatro meses, que há na minha posse e também na posse do Presidente da Junta de Freguesia, uma resposta positiva por parte das Estradas de Portugal, no sentido de a Câmara poder embelezar aquela rotunda e dar a dignidade que ela merece, porque é efectivamente uma zona muito importante para a freguesia e para o concelho. No que diz respeito à placa identificativa da obra Montechoro/Fontainhas, quero esclarecer o seguinte: a placa foi efectivamente colocada, eu próprio acompanhei a colocação da placa. Se não está agora, ao alertar-me para isso, eu irei verificar e repor. É mais que normal que as placas identificativas das obras tenham de estar colocadas nos seus limites. É só. -----

Fernando Cabrita - Ainda em reforço desta questão da rotunda da freguesia da Guia. Como munícipe que resido na Guia, passo ali todos os dias, efectivamente que, custa ver aquela situação. Eu já em tempos fiz aqui uma referência, era uma situação diferente, era da competência da Câmara, relativamente às rotundas da galé. Na altura a observação foi feita ao Sr. Presidente da Câmara, e rapidamente ele providenciou, porque estava dentro da sua competência, dar um arranjo àquelas rotundas. Porque passaram dois anos, numa zona turística por excelência, e não havia maneira de se limpar. Já não se trata de, arranjo paisagístico, é já uma expressão pomposa, mas de facto tratava-se era de tirar aquele entulho que lá estava, porque seria melhor dar uma sensação de beleza e simplicidade, dar um arranjo mínimo. Porque estas coisas, quando se pensa em grandes concursos de ideias, tende-se a decidir as coisas em dois, três anos. Não sei se esse critério das questões de segurança, como referiu, levantada naquela rotunda, implica aquele monte com aquela altura. Aquilo ali parece que causa é uma falta de preocupação de segurança, porque aquele monte de terra que lá está impede que alguns dos carros que ali circulam vejam os outros no outro lado. Há é terra a mais! Aquilo devia ser rebaixado, limpo, levar um bocado de gravilha, casca de pinheiro ou relva, pura e simplesmente, e darem-lhe um ar de simplicidade, antes dos tais arranjos mais profundos. Às vezes tenho medo desses arranjos, já ouvi alguém falar que a Guia está denominada a capital do frango, deveria se colocado um frango gigante. Mas, o que aquilo precisava de facto era, primeiro, o desaterro e, segundo, aquilo que se faz nas rotundas de Loulé e outros locais. A de Vale Parra que colocaram uma carroça típica do Algarve. É um critério. É melhor que o frango. Há que fazer qualquer coisa, urgentemente. -----

José Pimenta - Apresenta Moção (doc.1). -----

# CDU

## MOÇÃO

Mais que uma moção, é um transmitir duma sensibilidade e chamada de atenção ou recomendação ao executivo de maioria PSD respeitante ao mês e época do ano em que nos enquadrámos.

Todos sabemos que com o melhoramento das condições de vida dos portugueses após o 25 de Abril de 1974, que resultaram de lutas travadas pelos trabalhadores e que só tiveram êxito dado o grande empenho dos mesmos, esta sociedade transformou-se ao contrário de outrora numa sociedade mais justa mais fraterna mas ao mesmo tempo mais consumista com todas as condicionantes de advém desta situação.

Nos últimos anos as condições inverteram-se e as desigualdades aumentaram entre os mais pobres e os mais ricos.

Entretanto Albufeira tendo um orçamento que faz inveja aos outros municípios principalmente pela receita que provém do IMI e imposto sobre transmissões onerosas (IMT) tem um desfogo muito acentuado em relação a outras autarquias.

Depois deste preâmbulo o que nós gostaríamos de acentuar é que há um contraste entre os gastos que a autarquia faz em festas e outros consumismos tanto na época Natalícia como Verão e o peditório que algumas instituições fazem nesta mesma época.

O que nós preconizamos é que os gastos sejam ao longo do ano por parte do executivo camarário mais moderados e comedidos, pois na nossa perspectiva os albufeirenses mais desfavorecidos e trabalhadores por conta de outrem com salários baixos, pagamentos de casa que nos últimos anos os juros dispararam para números insuportáveis continuam a viver com muitas dificuldades. Dentro deste quadro e segundo os dados do INE não podemos esquecer que 20% dos portugueses vivem abaixo do limiar de pobreza.

O que antigamente acontecia aos desempregados e reformados passou a acontecer a camadas de população que trabalhando ao longo do ano ou sazonalmente



2.

não têm capacidade de fazer face ao endividamento e duma maneira envergonhada dependem dos peditórios feitos por pessoas com as melhores das intenções lhes entregam no domicílio os géneros de primeira necessidade.

Finalizando o executivo deve caminhar para a simplicidade e maior controlo das despesas com festas durante o verão e época natalícia e dar maior apoio aos mais carenciados.

Albufeira, 17 Dezembro de 2007

A Coligação Democrática Unitária



Presidente da Assembleia - Coloca a votação a admissão da Moção, apresentada pela bancada da CDU. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA MOÇÃO** -----

Votos a favor: oito (08) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita e Ana Patrício. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

**A admissão da Moção não foi aprovada** -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Feita a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia Municipal dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 23/04/2007 com continuação em 27/04/2007; -----



Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Ana Simões, Pedro Ferro e José Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro. -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

O Presidente de Assembleia propõe que os dois pontos seguintes sejam discutidos em simultâneo e votados separadamente. Ninguém se opôs. -----

## PONTO TERCEIRO e PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros. -----

Hélder Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira) - Em relação ao Orçamento, eu queria dizer o seguinte: já no ano passado, em relação à Junta de Freguesia, houve essa deselegância com a Câmara Municipal. É a atitude do Governo, das transferências que faz para as Juntas de Freguesia e essencialmente para a Junta de Freguesia de Albufeira. É do conhecimento geral que, a Freguesia de Albufeira, se calhar, é a freguesia do país que mais tem crescido nos últimos anos. Entretanto, o Governo atribuiu 5% nas transferências que fazia para a Junta de Freguesia de Albufeira. Para espanto meu, este ano, manteve exactamente o mesmo valor do ano passado. A Junta de Freguesia de Albufeira, com a colaboração que tem tido da Câmara Municipal, tem acompanhado por perto as competências próprias dela, essencialmente em relação à educação. A população escolar é cada vez maior, e

também dói, contrariando a opinião de alguns, que as condições nas escolas, essencialmente na freguesia de Albufeira, felizmente congratulo-me, são realmente de muito boa qualidade. Isso deve-se essencialmente a uma situação: é que esta Câmara Municipal tem tido competência e tem verificado o trabalho que a Junta de Freguesia tem feito no acompanhamento dessas escolas e não só, porque há outras competências que a Junta de Freguesia também tem e, mal de nós se não fosse a verba que a Câmara Municipal transfere, e não estou a falar em termos das delegações de competências, só de despesas correntes. E mais uma vez, a Câmara Municipal cumpriu, este ano, por incrível que pareça, não seguiu os paços do Governo e, novamente aumentou as suas verbas, essencialmente, para a Junta de Freguesia de Albufeira. Digo publicamente, em nome da instituição que aqui represento e agradeço, que a Câmara Municipal muito contribuiu para que o Orçamento da Junta de Freguesia para o ano de 2008 possa ter algum equilíbrio. Porque com aquilo que tem surgido, as novas competências e as novas tarefas daquela Junta de Freguesia, com a sua população a aumentar, com o natural aumento dos artigos de limpeza e higiene, este ano irá ser de 3, 4%, que se colocam nas escolas, não sei como é que se conseguiria gerir, porque ainda não consegui encontrar a fórmula de, com o aumento de despesas, mantermos as mesmas verbas. Seria bom que o Sr. Ministro das Finanças a colocasse à disposição de todos, para que pudéssemos gerir convenientemente as Juntas. -----

Francisco Oliveira - Só para fazer um pequeno comentário à intervenção do Sr. Hélder, Presidente da Junta. Eu penso que será óptimo que a Câmara Municipal assim o faça, tendo até em consideração que das últimas reuniões o que tem faltado é efectivamente, a Câmara Municipal estar numa situação económica que o permitia fazer. Portanto, diria que, perdoe se assim o posso falar, não faz mais do que a sua própria obrigação. Relativamente à questão do Orçamento em geral, temos uma opinião diferente. E temos uma opinião diferente porque, mais uma vez, nós verificamos que se continuam a sub-orçamentar receitas do município. Conseguimos aqui verificar que a receita corrente vai ter este ano, sensivelmente, um acréscimo de catorze milhões de euros relativamente ao previsto no ano anterior e, todos os anos assim tem acontecido, por mais que a bancada do partido Socialista e outras forças, tenham alertado para a enorme carga fiscal contra a necessidade de redução da mesma. É verdade que este ano cresceu um ponto, mas entendemos que não é o suficiente. O que continuamos a verificar é que, as receitas aumentam e algumas delas não são devidamente orçamentadas. Não me parece que exista uma execução do orçamento perto dos 100%, nem tão pouco, e portanto, não vemos como é que se trabalham estes valores, ou como é que não colocando estes valores no orçamento, sabendo que efectivamente vão surgir, a razão pelo qual eles não constam. Por outro lado, as despesas, verificamos que, aí sim, existe de facto um aumento na ordem dos 20,30%, estamos a falar das despesas correntes e das despesas com o pessoal. Vamos mais uma vez alertar para o facto de que, os Quadros Comunitários de Apoio um dia destes acabam, as transferências, também muitas vezes, os Fundos Comunitários, irão ter um fim e que, não só a Câmara Municipal de Albufeira mas as Câmaras Municipais, irão deparar-se, no futuro, com um problema que é as despesas do investimento serem reduzidas a valor

muito baixo, tendo em consideração que as despesas correntes vão aumentando e começa a haver pouco espaço para essas mesmas despesas de investimento. Realçando, já referi, verifica-se um peso muito claro no crescimento das despesas com o funcionamento e com o pessoal, este aumento, naturalmente, mais partilhado com o crescimento do município. Quanto á questão da carga fiscal, parece-me que, quando tivemos a última Assembleia Municipal, defendemos aqui que a redução proposta pela bancada do PSD dos impostos e que o município tomou como sua, era por si só insuficiente para fazer face a esta situação. Ou seja, tendo em consideração que as receitas continuam a subir a um nível relativamente razoável, não se justifica que se mantenham estas taxas relativamente aos impostos municipais. Podemos fazer aqui um role de questões que entendemos neste Orçamento que continuam a fugir à estratégia que o Partido Socialista daria como sendo certa, nomeadamente no que diz respeito á Educação. De facto, à que reconhecer, efectivamente, o município alguma coisa tem feito no sentido de providenciar as necessidades da educação, mas mesmo assim fica á quem daquilo que são as necessidades dos munícipes. Se tomarem em nota as propostas que o Partido Socialista fez no sentido que, se colocassem, pelo menos, 5% do Orçamento para a rubrica de Educação. Verificamos agora que, esse valor no Orçamento de 2008, é um valor mais baixo do que aquele que púnhamos, é de cerca de dois milhões e meio para 2008, quando o Partido Socialista punha pelo menos o mínimo de quatro milhões de euros. Podíamos com isto contrabalançar e dizer, "propõem-se dois milhões de euros para 2008 e em contraponto temos aqui três milhões de euros para a construção de dois novos edifícios municipais". Não temos nada contra a construção desses edifícios, não temos nada contra o facto da Câmara procurar ter novas condições, entendemos é que tem que haver prioridades e tem que haver hierarquias e, é nesse sentido que somos contra. Entendemos, de facto que, este orçamento continua a ter falta de uma marca social, portanto é um orçamento com ausência de marca social. E em termos gerais podemos dizer que este orçamento não evidencia a realidade orçamental, continua com o agravamento fiscal. Entendemos que mantém o aumento da despesa corrente com o pessoal e funcionamento e achamos que, das poucas iniciativas que pensamos que só irão acontecer na Habitação Social, fora algumas Creches e Jardins-de-infância que estão previstas para 2009. No caso da Habitação Social temos trinta mil euros para o próximo ano defendidos, cerca de trezentos e trinta mil em termos das próprias Opções do Plano. Entendemos que é relativamente pouco para um concelho com esta dimensão e como aqui se referiu, continua a crescer com uma velocidade, se calhar, muito superior a outros concelhos do país. São estas algumas das referências que deixamos aqui. -----

Francisco Calhau - Tenho obviamente de discordar do panorama que foi apresentado, embora não seja um panorama que a bancada do Partido Socialista apresente com muita convicção. Teve algum cuidado nas críticas. Na realidade, hoje, o concelho de Albufeira é completamente diferente do que era há uns anos atrás, para melhor, em termos de qualidade. Não somos nós que o dizemos aqui, é conhecido a nível nacional, a imprensa assim o aponta. Muitas das iniciativas que têm sido promovidas por este município são até copiadas pelo próprio Governo a nível nacional para projecção

internacional, estou-me a lembrar do evento com que resolveu presentear os líderes europeus com a Orquestra do Algarve. São eventos que, na realidade, o concelho de Albufeira tem conseguido promover a bem da sua principal actividade que é o turismo. E também não só nesses eventos mas também no tipo de investimentos que tem feito. E na realidade, hoje, Albufeira é um concelho com popularidade. É necessário fazer investimento, investimentos em grande escala, para se conseguir mudar a má imagem que sempre houve do nosso concelho. Eu diria que, em termos de Orçamento, em termos globais do que é apresentado, há um controle das despesas de pessoal e, há uma preocupação nítida de transferir receitas que se obtêm através das chamadas receitas correntes, para investimento. É a opção correcta, naturalmente. Há um controle da despesa corrente e uma transferência da receita corrente para despesas de investimento. É isso, que o Orçamento transparece. E transparece não só aquilo que são as previsões, como também naquilo que é a concretização desde 2005 para cá. Essa é a evolução, que a própria lei orçamental impõe. Pode-se ver, os próprios mapas demonstram. Portanto, essa política do município e do executivo camarário, está aí, é clara a opção de investir. Investir, inclusivamente, tudo o que são receitas, que o partido Socialista considera uma carga grande sobre os munícipes. Todos os munícipes vêm, seja através de infra-estruturas de saneamento, abastecimento de água, rodoviárias, das escolas, como está perfeitamente transparente naquilo que são as chamadas funções sociais do Orçamento. Portanto, evidentemente que o Partido Social Democrata discorda totalmente daquilo que foi a visão apresentada pelo Partido Socialista. E mais, é bom que se realce mais uma vez, tal como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira o fez, o papel que a Câmara tem tido em substituir o papel que o Estado deveria ter e não tem, para com as Juntas de Freguesia. É um papel muito importante, e o concelho de Albufeira e o seu executivo, tem estado a desempenhá-lo em solidariedade para com as suas Juntas de Freguesia. -----

Ricardo Silva - A Câmara Municipal também faz parte do Estado e normalmente tem as suas responsabilidades enquanto Estado. Digo também, em tom de brincadeira, que o Eng. Calhau deve ter visto os gráficos ao contrário, não foi, de facto, a leitura que nós fizemos. Temos vindo a assistir a um desinvestimento por parte da Câmara, nos últimos anos. É notório, é só fazer as contas e chega-se a essa conclusão, que as despesas correntes têm aumentado em detrimento das despesas de capital. Ou seja, tem havido uma evolução bastante grande a nível das despesas correntes e uma diminuição no investimento, por parte da Câmara. Este concelho que tem uma boa capacidade económica, deveria fazer uma boa aposta, um bom investimento, para que de facto, víssemos a obra que infelizmente, ainda não é aquela que o executivo diz ser, nomeadamente na área social. Na área social, diz ter obra feita, de facto, não é a nossa visão, nomeadamente na habitação social, onde o executivo fez seis anos e ainda não vimos nada feito e, é uma lacuna grave e uma necessidade emergente no concelho de Albufeira. Isto faz toda a diferença para um Orçamento. Um Orçamento que não aposta nos munícipes e na área social, não é Orçamento Socialista, não é o Orçamento pretendido. Existe uma grande contradição no Orçamento, ou seja, assistimos que, ao longo dos anos tem vindo a acontecer e vai acontecer mais uma vez este ano, entre a

receita orçamentada e a executada, existe uma diferença considerável e esse diferencial não é em proveito dos munícipes, deveria sê-lo, ou então baixar a carga fiscal da autarquia sob os munícipes. Por agora tenho dito. -----

Pedro Ferro - Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Neste Orçamento aparece uma rubrica com uma verba de quatro milhões de euros destinados ao parque de estacionamento P6, que é o parque do topo norte da Avenida da Liberdade. Sucede que, este parque de estacionamento juntamente com o parque de estacionamento C1 da Inatel, já tinham sido alvos de um concurso de concepção/construção/exploração, concurso esse que já foi adjudicado e consignado e para o qual a Câmara Municipal já tinha cedido os terrenos. Este concurso tinha sido feito através da Sociedade Polis, e os terrenos também foram cedidos à Sociedade Polis. Daí que nós não entendemos porque é que agora aparece esta verba para o parque P6, sem que de lá para cá as obras estivessem começado e também não tivesse havido adjudicação. Se houvesse explicação, agradecíamos. Obrigado. -----

Hélder Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira) - É só para referir uma coisa. Falou-se de investimentos, a Câmara investe, mas era bom que se tomasse nota do seguinte: a Câmara Municipal, com os protocolos que tem com os clubes e associações, neste concelho, era digno que os deputados desta casa, de vez em quando visitassem os trabalhos que os clubes fazem, para saberem se é investimento. É digno de ir-mos aos Estádios, aos Pavilhões, que nós temos, para vermos a quantidade de miúdos que estão lá a trabalhar. Se não fosse o investimento da Câmara, não sei como é que eles funcionaram. -----

Francisco Oliveira - É para voltar novamente à questão das transferências para as Juntas de Freguesia. E só para referir uma questão que acho bastante importantíssima. O que é gasto pelas Juntas de Freguesia, independentemente de quaisquer que sejam as Juntas de Freguesia, é gasto nos munícipes de Albufeira, seja gasto pelo Sr. Presidente da Guia, ou das Ferreiras, ou de Albufeira e é sem dúvida alguma, quantias, efectivamente, que são gastas para na precursão daquilo que é o bem estar dos munícipes de Albufeira. Acho estranho, que se coloque a questão desta forma, como se a Câmara Municipal estivesse no fundo aqui a resolver uma questão que o Governo não pode resolver. Nos sabemos, não temos dúvidas nenhuma, que existem cortes orçamentais em termos nacionais e isso não tem a ver com Câmara Municipal de Albufeira, tem a ver com todas Câmaras e tem a ver com apoios de serviços públicos e serviços da administração pública. E volto a dizer, se a Câmara está a fazer, não está a fazer relativamente às Juntas de per si, está a fazer aos munícipes, portanto, nesse aspecto está, não diria a presentear que não é o termo, mas no fundo, está a fazer aquilo que lhe compete que é, junto dos munícipes levar as necessidades, ou prever que essas necessidades sejam satisfeitas. Portanto, não consigo entender a razão pela qual se levantam estas questões, tendo em consideração que o valor gasto, e isso já foi referido variadíssimas vezes, por uma Junta de Freguesia ou por alguém de uma Junta de Freguesia, em algo que é referido, é muito mais bem gasto do que o Governo Central ou eventualmente uma Câmara Municipal. Quero só deixar aqui que, estas questões, não são questões de compartimentação, são questões que têm a ver com todos os munícipes

de Albufeira e portanto, nesse sentido, entendo, mais uma vez, reforçando que, a Câmara, no fundo, está a descentralizar e a fazer aquilo que se calhar é de bom tom e de boa execução, que é levar a execução dessas verbas, efectivamente, a quem precisa, nos lugares mais recônditos. Tenho dito. -----

Francisco Calhau - É evidente que discordo. A propósito disso gostava de saber qual é a opinião da Associação Nacional de Freguesias, sobre a posição do Governo. Porque há muito pouco tempo, como nós sabíamos, os Presidentes de Junta do país tinham uma posição em que defendiam inclusivamente que os seus Orçamentos fossem claramente distintos dos Orçamentos do Município. Isso não desvaloriza, nem de perto, nem de longe, não pode desvalorizar o papel que a Câmara assumiu e, portanto, tenho a discordar completamente, assim como as colectividades. Tal como foi já referido, as colectividades é um bom exemplo no concelho, no apoio que a autarquia tem tido. Aliás, uma parte significativa dessas colectividades, sem esse apoio que a autarquia lhes presta, provavelmente não existiam. É bem claro, basta ver os outros concelhos, como é que as colectividades vivem relativamente a algum desafogo que as colectividades do nosso concelho têm, precisamente com o apoio da autarquia. Até estão aqui referidos, quais os apoios dados relativamente à freguesia onde habito. Esse papel que a Câmara tem tido, é um papel de realçar, evidentemente. E esse discurso que eu vejo da bancada do Partido Socialista, compreendo-o naturalmente, como força da oposição, têm um papel critico a desempenhar, mas convictamente, temos que dizer, têm que reconhecer que a autarquia neste momento tem tido um papel extremamente construtivo de apoio e de utilização das tais verbas, das tais receitas. Tem sabido gerir bem, o que tem de ser reconhecido. Vê-se no concelho, está à vista de toda a gente, estão à vista as soluções sociais, as soluções que têm a ver com tudo o que na realidade pode ser importante para as actividades económicas do concelho. Portanto, tenho de discordar com o que foi dito! -----

Adriano Ferrão - Eu não! Eu quero concordar com o Sr. Deputado Francisco Oliveira no sentido de que, realmente, pelo menos parece que as Juntas de Freguesia têm um papel cada vez mais preponderante dentro das populações. Também têm um papel na aplicação dos capitais a favor das populações. Claro que, quando o PSD era oposição, há alguns anos atrás, já nos queixávamos que o que a câmara fazia para as Freguesias eram extremamente diminutas e saciavam a acção dos próprios Presidentes das Juntas e diminuía essa sua capacidade de intervir junto das populações. O facto é que, esse critério, já quando éramos oposição, queríamos mais dinheiro para as Juntas. É este executivo camarário que realmente realiza essa transferência e agora permite que as Juntas, como foi aqui muito bem dito, tenham o orçamento necessário para a execução do seu exercício. Quando se é oposição, sempre se critica que as despesas de capital nunca não são as suficientes, que aumentam as despesas correntes e que isso não mostra uma visão política, enfim, é uma conversa um pouco gasta, mas que nós sabemos o que é ser oposição. O facto é que, desta vez há aqui um aumento considerável e estou a ler os documentos, nos investimentos que a Câmara está a fazer na sua previsão para 2008, que se cifra na ordem dos quinze milhões. E a diferença, tem aqui cerca de sete milhões em despesas com pessoal que até me parece muito normal quando o número de



instituições e serviços postos a favor da população do concelho são em maior numero e por isso requerem mais pessoal, e se tem mais pessoal com certeza que vão necessitar de maiores despesas com o pessoal. Por outro lado, isso também se traduz e vem a par da aquisição de bens e serviços. Adquirindo bens e serviços de melhor qualidade, projectam essa melhor qualidade e por isso os clientes têm de pagar essa melhor qualidade e sem dúvida e do conhecimento de quem anda em Albufeira de um lado para o outro, é fácil, toda a gente nota. Albufeira é falada no país como uma terra onde se viva. As despesas de capital estão previstas em mais do dobro e aqui é interessante, para salientar outro aspecto que eu me congratulo, é com o investimento em aquisição de terrenos, em aquisição de casas, em remodelações, em restauros, o que só vem valorizar o concelho e projecta esse investimento, da Câmara em, um benefício futuro que todos nós vamos com certeza ter uns anos vindouros. É o que eu tenho a salientar.

Hélder Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira) - é para informar o seguinte: eu não gosto nada desta comparação mas, no tempo que o Partido Socialista governava esta Câmara a transferência para as Juntas de Freguesia era zero. -----

Francisco Oliveira - Relativamente à intervenção do Eng. Calhau, eu penso que é, de facto, possível fazer esse tipo de comentários mas, temos de ter em atenção o seguinte: é que de facto Albufeira é dos concelhos, ou talvez o concelho do país com maior capitação e, portanto, é relativamente fácil. As pessoas vivem bem em Albufeira. As pessoas, efectivamente, pagam impostos em Albufeira. As pessoas têm, de facto, um rendimento percapita relativamente elevado. Mas a questão é saber o que se faz com tudo isto. Há obra que é feita, não há dúvida, só pode ser assim, Albufeira sendo uns dos concelhos com melhor rendimento percapita, ele não fosse utilizado. E concordando, comparando com outros concelhos, efectivamente, se verifica algumas dificuldades com colectividades ou outras entidades. De facto, Albufeira tem essa capacidade. A questão é saber se ela está a ser aproveitada da melhor forma. A questão é saber se o Orçamento está a ser elaborado da forma correcta. E são as duas questões que aqui colocamos. Quanto às transferências do partido Socialista, eu gostaria também de lembrar, para alguma memória mais curta, que efectivamente, foi o Partido Socialista que iniciou as transferências, em termos nacionais, para as Juntas de Freguesia e os critérios ainda são esses. Os critérios do Poder Central para as Juntas de Freguesia foram iniciados pelo Partido Socialista. É só para vos dizer que esta preocupação com as Juntas de freguesia, não é uma coisa de hoje ou de ontem, é uma coisa que o Partido Socialista sempre teve até no sentido da descentralização. E mais, um escudo da altura, um euro gasto numa Junta de Freguesia é, sem dúvida, mais bem aplicado, do que por o poder Central ou por o Poder Regional ou Local. -----

Fernando Gregório (Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras) - todos sabemos que as Juntas de Freguesia são os parentes pobres da Administração Pública e, nunca se tinha falado tanto das Juntas de Freguesia nesta Assembleia, como se tem falado hoje. Não há dúvida que a Câmara Municipal está a fazer as transferências que faz e ainda bem que é assim. Porquê que as Freguesias têm de andar quase à esmola, para poderem exercer aquilo que as pessoas necessitam. Quando há interesse politicamente, é no sentido das Freguesias serem o poder mais próximo do cidadão, ser

a entidade que resolve de imediato o pequeno problema das populações, mas isso é só quando interessa. Eu entendo que, as Freguesias não deviam pedir nada a ninguém e deviam contemplar as Freguesias com mais competências. Porque é que são sempre as Câmaras Municipais a receberem todos os impostos municipais? Porque é que as Freguesias não poderão ficar com uma parte desses impostos? Era uma forma de financiar as freguesias. Passariam a receber as verbas provenientes dos impostos relativamente à área da sua freguesia. E aí, parece-me que seria muito mais justo para as freguesias terem competências próprias e receitas próprias, através do imposto municipal. É certo que em Albufeira as freguesias são o todo do concelho e que, todos nós achamos que o concelho deve evoluir no seu todo e não só em parte. É um reconhecimento, penso eu, que a Câmara faz para com as Juntas de Freguesia porque sabe que essas verbas são transferidas através das competências delegadas, são bem empregues e bem geridas. Estamos de acordo em relação a este ponto. Mas, eu acho que se dá pouco valor à ANAFRE, Associação Nacional de Freguesias. A ANAFRE terá como obrigação chamar a atenção ao Governo, porque é ele que faz as Leis e, tentar de alguma forma que as Freguesias tenham financiamento próprio para que estas situações que estamos agora aqui a falar, não apareçam aqui. Como autarquia, tem o poder de financiamento e as suas responsabilidades, isto porque quando há interesse político, os discursos apontam sempre no sentido de a freguesia ser o órgão no poder mais próximo dos cidadãos e que prontamente resolve o problema, os pequenos, porque os maiores não temos capacidade financeira, nem técnica, para os resolver. -----

Pedro Ferro - Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Eu só queria aqui lembrar que a última gestão do Partido Socialista, as despesas de investimento atingiram os vinte milhões de euros com orçamentos muito inferiores aos actuais. Este valor ainda não foi ultrapassado pela gestão do PSD. O que nós gostaríamos era de o ver ultrapassado. -----

Euridice Vieira - Era para colocar uma questão à Câmara sobre as Grandes Opções do Plano, relativamente à Educação. A Escola EB1 de Vale Pedras parece que vai ficar concluída em 2009. Neste ano as Escolas do 1º Ciclo, nomeadamente na freguesia de Albufeira, estão sobrelotadas. Com certeza que no próximo ano ainda não vai haver resposta para o 1º Ciclo? Para os outros Ciclos, parece que a Administração Central resolveu algumas dessas situações, já está em construção uma escola que se prevê estar concluída no próximo ano. Em relação à Acção Social, parece que a tradição ainda é o que era. A Creche e Centro de Dia da Quinta da Palmeira a construção já encerrou há algum tempo e parece que vai ser equipada informaticamente. Os cronogramas parecem não ser muito bem elaborados. Infelizmente é já uma larga tradição nestes equipamentos sociais, que ficam muito tempo à espera até ser dada solução de utilização. Gostava de saber, como é que vai ser feita a gestão deste equipamento e quando é que se prevê que entre em funcionamento. Porque, ao contrário de alguns, e que é vós corrente, parece que em Albufeira somos todos ricos, como foi à bocado aqui referido. Estamos na altura do Natal, mais que não seja, lembrarmo-nos agora daqueles que não são ricos. Cada vez mais tenho conhecimento, de pessoas que vivem em

Albufeira, no linear de pobreza. E estes equipamentos são extremamente necessários para dar apoio precisamente a essas pessoas. -----

Ricardo Silva - Em termos do Orçamento executado, em 2005, verificamos que 64% eram correspondentes a despesas correntes. Em 2006, 78% correspondiam a despesas correntes. E em 2007, 77%. Corresponde ao que nós temos dito aqui nesta Assembleia, hoje. Não tem havido por parte do executivo camarário um fio condutor em termos de um projecto de desenvolvimento para o concelho de Albufeira. É nesse sentido que nós fazemos a grande critica e, fazemos a critica ainda maior na área social, onde não tem havido uma grande aposta, nem aposta sequer, direi, da parte deste executivo no apoio aos mais carenciados, necessitados. -----

José Pimenta - Queria deixar aqui algumas ideias da parte da CDU, no que me pertence, sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. As Grandes Opções do Plano, como todos sabemos são opções e são opções que o executivo que está nesta Câmara toma. O que é certo é que, de 2007 para 2008, não há dúvida que há um aumento do Orçamento de 25%. Uma pergunta perfeitamente plausível é: como é que de um ano para o outro, se consegue chegar a mais 25% num Orçamento? Verificamos quais têm sido as Opções deste executivo: Em relação à habitação, que eu tenha verificado e da análise que fiz das Opções do Plano, praticamente ela não existe, e não é só neste Orçamento e Opções do Plano, vem já desde 2001, não contando com o mandato de Vereador do actual Presidente da Câmara, Desidério Silva, desde 1997. A situação da habitação, como nós sabemos, e em relação aos mais jovens, põe questões que faz com que os mais jovens eventualmente possam sair deste concelho para se dirigirem para outros concelhos, dada a necessidade de habitação a custos controlados. Isso não está a acontecer. Em relação às funções sociais: o que é certo é que algumas das funções sociais têm passado para privados. E os privados, por muito gosto que eles tenham pelas pessoas, vão à procura do lucro. Em relação às acessibilidades: têm passado de opções de um ano para o outro, nomeadamente nos olhos d'Água, em que estava orçamentado para o ano de 2007, passou para o ano de 2008, e vamos ver se se concretiza. Em relação à Iluminação, temos dado enorme destaque à Iluminação e ao embelezamento da Av. Dos Descobrimentos mas, ao contrário, em relação estrada 395, entre o Parque de Campismo e o Vale Paraíso, os postes estão em terrenos privados. Isto custa a querer. Numa autarquia que tem este Orçamento, poderia, eventualmente, fazer outras coisas. Quanto ao Saneamento Básico: tanto na freguesia de olhos d'Água e na freguesia de Paderne, há zonas que ainda não estão abrangidas. Queria lembrar também, dentro destas situações, uma rotunda que acho de grande necessidade, que é da estrada que vem do Centro de Saúde e entra na Vale de Pedras. O terreno está lá, a única dificuldade que eu acho neste momento é, fazer essa rotunda, por motivos de segurança e de fluidez de trânsito. Ainda bem que não tem acontecido qualquer desastre. Para finalizar. As Opções, são opções, mesmo, mas há opções que no meu ponto de vista, poderiam ser avançadas para outras rubricas que não aquelas. Digo ainda que, a Câmara tem trabalhado muito a nível da Avenida dos Descobrimentos. As festas, romarias e

concertos, que têm sido feitos, esses valores poderiam ter sido canalizados para outras áreas. -----

Paulo Freitas - Eu, das palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras, concluo que irá votar favoravelmente este Orçamento, porque com os elogios feitos à Câmara Municipal pela remessa das verbas para as diversas Juntas de Freguesia e uma vez que, com essas verbas, a Câmara Municipal substitui-se às funções e às obrigações governamentais na devida atribuição de verbas para a comutação das competências que aqui foram descritas. Presumo que façam aqui o agradecimento geral a esta participação e na confiança que a Câmara Municipal lhes tem vindo a dar na execução das suas funções, porque, como refere, estão mais próximas das populações, portanto, obviamente, terão melhor execução destas verbas que são transmitidas. Acredito que as populações não vejam com bons olhos a votação, no mínimo uma abstenção, contra a remessa dessas mesmas para as freguesias. Das duas uma, ou não pretendem as verbas, ou entendem que não estarão com essa capacidade de ligação mais próxima com as populações. Nós aqui falamos muito da parte orçamental. Efectivamente é invejável, não querendo utilizar uma palavra mais forte, a capacidade com que este executivo tem executado os próprios Orçamentos. Podemos andar aqui às voltas, mas, dificilmente conseguiremos encontrar críticas sustentadas para abater as execuções dos Orçamentos. Nós temos essa noção e acredito que toda a gente a tenha. Depois, tenta-se nos fazer um ataque à falta de investimento na questão social. A seguir diz-se que o município de Albufeira, é um dos que mais investe em termos de educação, em termos de equipamentos, obviamente é uma Câmara que tem um rendimento percapita aceitável. É um contrabalanço às críticas que se faz aos Orçamentos e a este Orçamento em concreto. Há pouco tempo votamos aqui nesta Assembleia Municipal a aquisição de uma parcela de terreno para fazer habitação a custos controlados em Paderne. Nas questões sociais facilmente se verifica que no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, temos 56,39%; Temos para as funções gerais da Câmara, 10,21%; temos para as funções económicas, 33,40%; temos, a Creche e Centro de Dia de Acolhimento Temporário para a Terceira Idade, na Quinta da Palmeira; temos a transferência de verbas para a Direcção Regional de Educação (a Câmara aqui a ajudar o Ministério da Educação), destinado ao Pavilhão da Escola de Ensino Básico de Albufeira; Temos a Creche, Centro de Dia e Lar dos Olhos d'Água; Temos o estabelecimento de Acção Social, equipamento Informático e licenças de software, são questões fundamentais para o bem estar social. Para servir as pessoas também é preciso ter pessoas. É preciso ter equipamentos e é preciso projecta-los. Quando afirmamos acerrimamente um aumento de despesas correntes, com acérrima crítica às despesas do pessoal, obviamente não podemos descorar a questão dos equipamentos que estão a construídos, estão em funcionamento e é necessário a colocação de pessoas para servir pessoas. Isto é uma das funções sociais. Temos aqui: EB1 no Cerro do Ouro; EB123 na Guia, em construção; EB1 de Vale Parra; estabelecimento de Ensino com beneficiações em Paderne, por exemplo; EB1 em Vale Pedras, em construção; temos a aquisição de autocarros; Temos questões da Polícia Municipal; Temos aqui questões relacionadas com implementação nas Juntas de

Freguesia de Paderne, Olhos d'Água, das Ferreiras; temos as requalificações das ruas, o cuidado com os reservatórios da água, o cuidado com a iluminação, por exemplo, na Freguesia de Olhos d'Água. Isto é apostar nas pessoas. Não podemos olhar para os números e retirar dali responsabilidades e, depois não olhar para as pessoas e vermos as coisas que estão a ser dadas aos munícipes. Porque efectivamente, esse bem estar social só é válido se as pessoas deles possam retirar benefício e, isso está a acontecer em Albufeira. Não é com ligeireza que este concelho tem crescido mais, e é, se calhar, o concelho do país onde mais escolas têm surgido, onde mais equipamentos de ajuda e de apoio às escolas tem surgido. Projectos, como o Pitágoras, em que os alunos têm aulas em computadores, totalmente informatizadas. Isto é acção social. Isto é aplicação de investimento nas pessoas. Isto é o mais importante e o executivo tem noção de que serve, efectivamente, pessoas. Ouvia-se aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras congratular-se com as transferências das verbas, porque estão próximos das pessoas e, é isso que se quer, que as pessoas se sintam bem, que possam exercer as suas funções. Aquisição de terrenos para a construção de habitação a custos controlados, nas Ferreiras e em Paderne. Temos de olhar com olhos de ver, temos de ter aqui noção da realidade, eu sei que às vezes ela dói, e obviamente acho que, está a ser feito um bom trabalho e os munícipes de Albufeira têm esse reconhecimento para com o executivo e os órgãos municipais, quando nós nos responsabilizamos pelas decisões que aqui tomamos, ao aprovar ou reprovar, qualquer tipo de documento que possa trazer benefícios para a comunidade em geral e disso sairá hoje o município de Albufeira mais rico quando este Orçamento, certamente, for aprovado, e nós possamos dizer que as transferências para as Juntas de Freguesia tiveram um suporte acérrimo dos seus Presidentes também nesta parte. -----

Fernando Gregório (Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras) - É para dizer que o deputado Paulo Freitas, pôs na minha boca as palavras que ele proferiu e para dizer mal do Orçamento. Quando fala que está em lançamento verbas para a compra de terrenos para habitação social, não é verdade. O que está aí, efectivamente, é cento e cinquenta mil euros para aquisição daquilo que vai ser lá construído. Aquele terreno já foi adquirido pela câmara Municipal há cerca de dez anos. -----

Francisco Oliveira - Sr. Deputado, eu depois de o ouvir, lembro-me da célebre situação do Oásis. Nós vivemos no Oásis, este é um Orçamento perfeito e, devo dizer que, de facto, não gosto. Daquilo que ouvi, foi pura e simplesmente, a minha inalação do que é este Orçamento. Ou seja, este Orçamento, será pura e simplesmente, e por isso mesmo o Sr. Deputado ter feito essa referência, que não conseguiria um voto se não fosse o de aprovação, este Orçamento consegue única e exclusivamente, as transferências da Câmara Municipal para as de Freguesias. Eu acho, no mínimo, redutor, portanto não queria configurar esta situação, porque o Orçamento tem quantas outras rubricas, quantas outras situações, que são discutíveis. Se eventualmente uma delas se possa considerar que a Câmara Municipal o está a fazer no sentido de fazer chegar às populações aquilo que de seu direito, não pode daí tirar a relação de que este Orçamento é um bom Orçamento. E portanto, vai-me fazer essa justiça de que, a esta hora, 23:30h, musica minimalista, para mim, não. -----

Francisco Calhau - O caso das freguesias que nós temos focado, é um exemplo que deve ser dado, que deve ser aqui referido, e que representa a boa aplicação das verbas que os municípios põem á disposição do executivo e a boa aplicação que o município faz dessas verbas. É um bom exemplo e acredito que não gostem muito, mas tem de ser referido. Também tem de ser referido, como o Sr. Presidente da Junta das Ferreiras acabou de referir, que vai levar por diante algo que já existia no terreno há dez anos. Ainda bem que há um executivo que faz! Também é bom que se refira, nós estamos a fazer investimentos no concelho paralelamente com uma acção de que já ninguém se lembra e que felizmente este executivo também conseguiu pacificar e conseguiu resolver, a questão do Polis. O Polis está a andar paralelamente a tudo isto. Já não interessa falar nisso, porque está a correr bem. Os senhores afirmam que existem problemas, naturalmente que existem, nunca se fez em Albufeira tantos investimentos como nos últimos anos, é evidente que tem que haver pequenos problemas. Mas comparativamente com aquilo que nós todos receávamos há uns anos atrás, parece que já não nos lembramos, tínhamos alguns receios e os senhores também tinham, e trouxeram-nos várias vezes aqui à Assembleia. Albufeira está a mudar! Não somos só nós que o dizemos, é a imprensa, são as pessoas que cá vêm, é a qualidade do turismo que se vai vendo pelo concelho, é o tipo de investimentos que se pretendem fazer, é o volume de obras que estão a ser feitas em simultâneo e, nós não podemos passar ao lado e dizer que elas deixaram de existir, ou que não existem. Penso que não vale a pena bater na mesma tecla, os senhores terão que fazer o vosso papel, compreendemos perfeitamente esse papel crítico, é assim que nós o entendemos. Entendemos o aspecto crítico que a oposição faz e deve fazer, seja ela qual for, relativamente aos pontos mais fracos que possam eventualmente existir. Mas daí a dizer que temos um problema orçamental em Albufeira, não temos! Dizer que estamos a aplicar mal o dinheiro, não estamos! Está a vista de toda a gente. Obrigado. -----

José Pimenta - Só para dizer duas coisas em relação a Albufeira e isto é uma imagem do que não deve ser Albufeira. Refiro-me à Lagoa dos Salgados que continuamos sem resolver aquele problema. Que é um problema de saúde pública numa zona de reserva natural. Este executivo, já vai em seis anos, não conseguiu resolver este problema. Outra questão que gostaria de falar aqui, são pequenas coisas que podiam ser resolvidas e com pouco dinheiro, que é a Rua António Aleixo. A Rua António Aleixo não tem calçada, a iluminação é péssima, não há estacionamento, é uma zona onde quase não havia construção, tem centenas de apartamentos, a escadaria entre a António Aleixo e a Rua do MFA ou na parte de baixo, tem deficiências que ainda não foram resolvidas. Estas duas situações que referenciei, são alguns exemplos de coisas que poderiam ser melhor feitas em Albufeira. -----

Presidente da Assembleia - Vou advertir, especialmente as bancadas do PSD e PS que, não vamos a andar a repisar os mesmos argumentos. Já os ouvimos todos. Com argumentos novos o debate irá continuar, caso contrário, temos mais pontos para tratar. Agradeço que sejam sucintos. -----

Francisco Oliveira - É para responder, muito brevemente, à última intervenção do Sr. Eng. Calhau. Continuamos a ter da parte da bancada do PSD, um sentido minimalista de



que, "façam o vosso papel, depois nós cá estamos". Nós entendemos que não estamos a fazer o nosso papel no sentido de estarmos aqui a fazer mera oposição, mas porque estamos convictos que aquilo que defendemos é, de facto, a melhor forma de conduzir os destinos de Albufeira. Queria só também, fazer referência ao facto, quando falou agora do Programa Polis e o facto do Programa Polis estar a andar, que eventualmente o Sr. Engenheiro esquecer de uma questão muito importante. Já se esqueceu da ex-Ministra das Finanças Ferreira Leite, que na altura lutou, efectivamente, todos os benefícios e transferências para o Programa Polis. E nessa altura, nesta sala, o problema não tinha a ver com a câmara Municipal, nem um problema do Polis e, portanto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, daí, lavava as suas mãos. Só para relembrar o Sr. Engenheiro, que foi com a entrada deste novo Governo que os valores foram transferidos para que o Programa Polis começasse a andar. Nessa perspectiva, se calhar, estaríamos aqui a fazer a mesma coisa que os Senhores do PSD neste momento estão a fazer relativamente à Câmara com as transferências para as Juntas de Freguesia. Obrigado. -----

Vice-Presidente José Carlos Rolo - Vou ser o mais rápido possível na resposta a algumas questões. O Sr. Deputado Francisco Oliveira falou da sub-orçamentação e logo de seguida falou da execução do Orçamento, nem de perto nem de longe, se aproximaria dos 100%, é fácil de recordar, as taxas de execução, seja a nível da receita, seja a nível da despesa, nos últimos anos e isso não são previsões. O orçamento estar aqui e o Plano Plurianual, são uma previsão para o ano 2008 e seguintes, com certeza que não se saberá qual é a percentagem de execução que vamos ter no final do ano. No entanto, faço recordar e peço que consulte não só os documentos que temos aí de contas de despesas dos anos anteriores, desde que nós entramos na Câmara Municipal, para ver quais são objectivamente, as taxas de execução. Não seria injusto da minha parte dizer que, pode consultar o anuário financeiro das autarquias locais, feito por uma Universidade do Minho, que fez um estudo sobre todos os concelhos os concelhos do país, menos um município que não forneceu os dados das contas de gerência, e pode constatar perfeitamente que nos indicadores que lá estão, Albufeira figura em todos os quadros de indicadores positivos no top 10, alguns em terceiro e quarto lugar. Não é por ser um concelho com muitas receitas porque isso não é de todo verdade. Não é apenas um concelho com muitas receitas que é bem gerido ou tem um Orçamento executado. Podem ter a certeza, que há concelhos com muita receita que são bem geridos e, que há concelhos com pouca receita que também são bem geridos, a nível financeiro. Obviamente, como o Sr. Deputado José Pimenta disse, são opções, as pessoas são diferentes e, se fossem outras pessoas do PSD, não seriam taxativamente as mesmas. Falar que há um aumento da carga fiscal, não revela nada disso, antes pelo contrário, revela uma redução da carga fiscal, obviamente uma redução muito ténue, não de acordo com aquilo que nós desejaríamos. Com certeza que nós todos, individualmente, que entenderíamos que ninguém deveria pagar impostos. É verdade, mas é absurdo. Faço lembrar que reduzimos uma das taxas do IMI de 0,7% para 0,6% e o IRS é 1%. Não é muito, mas é uma redução. Para além de alguns dos coeficientes de zonamento desceram um bocado.

Relativamente às despesas de investimento, os quadros que temos agora de análise do Orçamento, com certeza que, aquilo a que se chamava antigamente investimento, que seria infraestruturas, quer rodoviárias, quer de saneamento básico, quer escolares, hospitalares, que era um conjunto altamente complicado, recordo as críticas do Prof. Cavaco Silva nessa altura, o que nos permite agora com certeza, verificar e enfrentar aquilo que se chama investimento de uma outra forma completamente diferente. O investimento neste momento, obviamente e quem quiser analisar o contexto económico e social no país, não se revela apenas por a quantidade de pedras, tijolos, areia ou cimento que se põe nas estradas ou edifícios, mas revela-se também, por aquilo que já se disse aqui, que é o apoio a dar a Associações, e respondendo a alguém que falou em algumas entregues a privados em que objectivo é lucro, eu posso dizer que o objectivo, necessariamente, não é lucro desde que não seja entregue a uma empresa, faço recordar o Centro de Dia do Rossio, que é entregue a uma Associação Privada e no entanto o objectivo não é o lucro, a AHSA, faço lembrar a Creche da Guia, está entregue a uma Associação Privada que é a Santa Casa da Misericórdia, mas o objectivo também não é lucro, no entanto, é lógico, que a ACE que tem a responsabilidade da limpeza no concelho, é uma empresa privada, o objectivo é o lucro, mas nem todos os privados têm esse objectivo. Sobre a questão do Investimento na Educação, está apenas resignados, com certeza que está, mas faço lembrar que aquilo que nos propusemos há seis anos a esta parte, foi chegar ao fim de oito anos, dois mandatos, ter Albufeira a funcionar a nível do 1º Ciclo em regime normal. Já o disse isso há dias, já temos a funcionar em regime normal a zona nascente, temos a freguesia de Albufeira para o conseguir fazer e por isso é que temos a construção de uma nova escola, com acrescento de quatro salas de aulas, a escola de Vale Pedras vai ter doze salas de aulas, quatro de Jardim-de-infância. Temos depois, a freguesia da Guia que vai ficar com a ampliação de Vale Parra, com a obra executada até ao ano que vem, a escola das Sesmarias que pertence à freguesia de Albufeira também vai ser executada, e a minha perspectiva é, essa escola e a das Fontainhas, da Freguesia de Ferreiras, e isto é uma novidade que não está espelhada no Orçamento e no Plano, vão ser construídas em taipa estas duas ampliações. Em termos de climatização, se não tivermos funcionários a trabalhar em razoáveis condições, já não digo óptimas, é isso que se pretende, nós não evoluímos, não nos desenvolvemos. Também é com esse objectivo que nós temos pensado o aumento das instalações municipais, bem como a climatização deste próprio edifício que estava já a causar imensos problemas, está a funcionar há alguns anos e já não tem capacidade, a ala norte e a ala sul estão a funcionar à mesma temperatura o que é impossível, para uns estarem bem os outros estão mal, independentemente ser Verão ou Inverno. Isto é em prol do bem estar, do bom desempenho das pessoas, para o objectivo de melhor servir o cidadão, desde que sejam motivados para isso. Com certeza que as condições de trabalho influencia nessa motivação. Dizer que Orçamento não tem uma marca social, as funções aqui em termos de Plano Plurianual de Investimentos tem 56% nas funções sociais, valores que são certos. Relativamente à acção social também já foi falado, nomeadamente aquelas casas que estão a ser inseridas em Ferreiras, nesse tal terreno que há dez anos já

estava comprado, pois é pena que as Câmaras dessa altura não tenham comprado mais terrenos para outros eventos, nomeadamente em termos de escolas, tem sido extremamente difícil encontrar terrenos para a sua construção sejam na Guia, em Albufeira, seja até inclusivamente em Ferreiras, aquele não era destinado para a escola, era destinado a habitação social. Sobre o Investimento, O Ricardo falou dos investimentos, já disse o que entendo sobre investimento neste momento, não é apenas em edifícios, mas em pessoas, a todo o apoio que se dá a Clube e Associações e não só, as célebres festas, de que se falou, são também investimento. Não são investimento nas pessoas, mas são investimento em algumas actividades económicas que nós temos no concelho. Não podemos esquecer que Albufeira é um concelho que vive essencialmente da actividade económica que é o turismo e que necessita, com certeza, de bom marketing para que se desenvolva cada vez mais. Relativamente ao Sr. Arq. Pedro Ferro, sobre o P6. Como sabe houve uma desistência do único candidato a este Parque, de maneira que, será com certeza, e por isso é que está perspectivado essa situação, a Câmara Municipal a fazer esse Parque, porque se não nunca mais teremos parque de estacionamento. Relativamente ao Sr. Fernando Gregório que falou aqui dos assuntos que tem a ver com a Administração Central, não nos compete a nós, Câmara Municipal, estar a dizer se as Juntas de Freguesia deverão ou não receber parte dos impostos, pode fazer essas petições para o Governo da República, porque não é aqui a porta certa. Relativamente ao Orçamento 2001. Eu só queria recordar que, quando tomamos posse em 2002, ficamos com uma dívida de 2001 de um milhão e quinhentos mil contos, que foi preciso recuperar nestes seis anos, portanto, não é um exemplo a seguir. E o facto de estar no Orçamento esses valores, não significa nada, o que conta não é o Orçamento, o que conta é a Conta de Gerência, aí é que se vê a execução que houve. Eu até poderia ter posto cinquenta, ou setenta, ou cem mil milhões no Orçamento, se ele não fosse executado em Maio de 2009, quando tivéssemos aqui a aprovar estas Contas de Gerência relativamente a este Orçamento de 2008, pois diziam que nós tínhamos sub-orçamentado. Era isso que acontecia há seis anos para trás e acontece em muitos concelhos deste país. Em relação à Membro Euridice, falou aqui na Escola do 1º Ciclo de Vale Pedras. É uma escola também Jardim-de-infância, está previsto o início da construção este ano e, obviamente, só estará pronta para Setembro do ano 2008/2009. Como já disse à pouco, as Escolas ainda não estão a funcionar em regime normal, ainda todas, com esta irão começar a funcionar as da freguesia de Albufeira. As da Freguesia da Guia, Freguesia de Paderne e Ferreiras já estão, só falta Fontainhas, que vai ficar já para o ano. Todas ficam para o ano à excepção da Freguesia de Albufeira, mas faço recordar que nós em seis anos já construímos dez salas de aula e oito de Jardim-de-infância e, mesmo assim, não está conseguido o regime normal, mas vai ser conseguido, com certeza, até final do Segundo mandato. Relativamente à escola de Vale de Pedras, a escola que está em construção, não está construída antes porque o Ministério da Educação reteve o processo durante algum tempo e não conseguimos que ele avançasse mais rápido. A Câmara disponibilizou o terreno, vai ter de fazer as infraestruturas à doc em termos de parque de estacionamento e acesso, vai ter de fazer o enterramento da linha de alta tensão que

passa por cima do terreno e fazer uma parte do Pavilhão Desportivo. Estão duas salas pré-fabricadas na Escola Diamantina Negrão, contrariamente ao que alguns dizem que são contentores, para servir os alunos, a Associação de Pais da própria Escola agradeceu profundamente o trabalho que a Câmara Municipal fez nesse sentido para que pudessem, e é uma responsabilidade do Poder Central, recordei, foi a Câmara que teve de substituir uma vez mais o Poder Central, para resolver esta situação. Como o Sr. Pimenta falou, a Rotunda de Vale Pedras está com certeza em risco, assim como a Rua António Aleixo. Neste Plano Plurianual de Investimentos vai ter algumas requalificações, não serão todas, obviamente. Eu faço também recordar que, em termos de fundos estruturais o Algarve está em peso igual, nós praticamente não vamos receber nada, nem está contemplado nada neste Orçamento, obviamente, não há aqui previsão de receitas vindas dos fundos estruturais europeus. Mas como o Governo da República também não bafejou com a distribuição de verbas para o concelho de Albufeira e outros concelhos que ainda estão piores do que o Algarve. Relativamente à Lagoa dos Salgados, está nesta situação, por causa, precisamente, daquela Estação de Tratamento de Saneamento Multimunicipal que é das Águas do Algarve. Não sei quem faz a obra, se já começou ou não, sei que está lá um estaleiro. -----

José Pimenta - Quando há pouco referi-me aos privados, referi-me à construção de Creches e Lares que estão a ser construídos e explorados por eles. Não os que a Câmara constrói. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2008/2011** -----

Votos Contra: sete (07) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francisco Guerreiro, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

#### **VOTAÇÃO: ORÇAMENTO PARA O ANO 2008** -----

Votos Contra: sete (07) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francisco Guerreiro, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Francisco Oliveira - Apresenta Declaração de Voto (doc.2).

F. Oliveira  
Telhaval  
963709933

## Declaração de voto

5.

O Grupo Parlamentar do <sup>Partido</sup> Socialista (ex Ass. Municipal) de Alfândega vem apresentar esta declaração de voto relativamente aos pontos 3 e 4 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alfândega de 17.12.2007, o que faz com tenhamos seguintes:

- Considerando que se trata do terceiro orçamento deste executivo supregado em 2007, que continua no mesmo caminho das anteriores Orçamentações;
- Considerando que este executivo já abandonou de concluir muitos das suas promessas eleitorais;
- Considerando que se verifica um acréscimo de 14 milhões de euros relativamente ao previsto no ano anterior na rubrica das receitas (~~despesas~~).
- Considerando que tais projeções são feitas efectuadas por defeito relativamente às receitas orçamentadas e a diferença expectável do aumento de receita fiscal que nos anos anteriores tem sido <sup>considerável</sup> de ~~+30%~~ <sup>de +30%</sup> ~~podendo este ano chegar aos 30%~~, não se evidenciando nas receitas, particularmente a dos impostos, e que as despesas correntes continuam a aumentar particularmente do funcionamento dos serviços e pessoal, o que espartilha o enriquecimento da Câmara Municipal; as quais neste ano foram <sup>de cerca de</sup> ~~de cerca de~~ 30% sendo que no anterior eram  $\pm 20\%$ .





### Declaração de voto

Não obstante o desfasamento entre o Orçamento dos anos anteriores e o de 2008 o que é certo é que já estamos habituados às revisões que costumam desvirtuar as Grandes Opções do Plano, esta situação poderia até a Coligação Democrática Unitária se abster dado o maior investimento e dar o benefício da dúvida ao executivo de maioria PSD, que tem a gestão desta Câmara desde 2001, e entre outros, o pelouro das obras particulares desde 1997. No que concerne ao Orçamento constata-se que há um aumento de 25%, em relação ao ano anterior o que nos deixa intrigados pois que não são virgens nem principiantes nesta matéria. Porque será? Terá a ver com as próximas eleições que têm lugar em 2009? A Coligação Democrática Unitária fez uma análise do Orçamento de 2008 e concluiu que o <sup>Município</sup> ~~executivo~~ de maioria PSD no campo das receitas teve um aumento significativo de mais de 25%, e poderia ir mais longe no abaixamento dos impostos e taxas imputadas aos munícipes, principalmente ao CIMI que deliberou o valor de 0.47. E a CDU e não só, propôs 0.40, este imposto tem muito a ver com os jovens na aquisição de casa própria, assim como a minoração de 30% sobre os moradores da Quinta da Palmeira.

Falando das despesas correntes, no que diz respeito à higiene e limpeza os gastos com as mesmas já se aproxima dos 10 milhões de euros ou seja 2 milhões de contos, assim a Coligação Democrática Unitária tinha e tem toda a razão quando defende que a Câmara Municipal de Albufeira e seu executivo seria o melhor gestor para estes serviços, assim como para a jardinagem, pois gastaria menos e defenderia melhor os munícipes, e os serviços prestados seriam de melhor qualidade.

Quanto ao gasto com as águas o aumento foi de um milhão de euros.

Passando às Grandes Opções do Plano e ao Investimento para 2008:

As acessibilidades têm vindo ano após ano com revisões do Plano a ser ultrapassadas e não dando satisfação aos utentes. Exemplos as ruas e caminhos dos Olhos D'Água a estrada da Mosqueira e outros noutras freguesias.

Em relação à habitação com custos controlados após 15 anos continuamos num impasse



sem dar satisfação, com prejuízos para aqueles que mais necessitam.

Quanto à habitação para jovens não podemos esquecer as mesmas promessas quando a campanha eleitoral, o que é certo é que não verificamos qualquer verba nas Opções e Plano para os anos vindouros.

Parques de estacionamento, é mais uma promessa não cumprida por parte do agora executivo PSD.

Sobre os caminhos rurais, é fácil por nas Grandes Opções do Plano, mais difícil é concretizá-las pois quem os frequenta dá com uma realidade muito diferente.

Quanto ao saneamento básico o que constatamos é que determinadas zonas principalmente da freguesia de Paderne e Freguesia dos Olhos D'Água os esgotos continuam sem estar ligados às estações de tratamento, continuando com as fossas.

Em relação às funções sociais o que nos é dado ver é que o executivo de maioria PSD passa para os privados estas mesmas funções, ficando as pessoas de menores recursos impedidas de usufruir dos mesmos.

O que a Coligação Democrática Unitária constatou principalmente neste último ano de gestão PSD, que a mesma preocupou-se mais com festas, concertos, romarias, etc., descurando as necessidades e as carências dos Albufeirenses.

Ora os munícipes Albufeirenses deparam-se com os mesmos problemas que outros nas outras autarquias, ou será que os munícipes deste concelho são melhor remunerados?

A Coligação Democrática Unitária por tudo o que foi exposto vai votar contra as Grandes Opções do Plano assim como o Orçamento.

Albufeira, 17 de Dezembro de 2007

Coligação Democrática Unitária



## PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da adenda ao contrato de prestação de serviços de 3 Circuitos de Transportes Urbanos na cidade de Albufeira - Repartição de encargos; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Esta questão, quando foi debatida, foi na última Assembleia Municipal e foi eventualmente retirada para esclarecimentos. Agora veio outra vez, nós não percebemos quais as alterações, ou qual a eventual alteração relativamente a este ponto. -----

Presidente da Assembleia - Não houve alteração nenhuma ao documento. Eu, na altura, disse que tinha algumas dúvidas em relação a esta questão, e tinha, aliás, o Sr. Francisco Oliveira também disse que tinha algumas dúvidas. Chegou a esclarecer as suas dúvidas? -----

Francisco Oliveira - Não! Por isso é que coloquei esta questão. -----

Presidente da Assembleia - Em relação às minhas dúvidas, resultaram mais ou menos disto: Tinha a ver com o ser uma contratação pública, e como tal se, isto podia ser ou não possível, feito por esta forma. Tanto quanto eu fui ver esta Adenda, mantendo-se o mesmo critério do contrato inicial, resulta de um acréscimo de necessidade de ampliação dos circuitos existentes, de forma acessória ou complementar e, é feita no exclusivo interesse público e naturalmente municipal. Está prevista esta possibilidade, do município fazer esta exigência e não faria de facto sentido, estando em vigor por contratação pública três circuitos de transportes que a sua modificação ou ampliação, pudesse vir à sujeição de nova contratação. Quem se iria sujeitar a iniciar um circuito a meio? Não faz qualquer sentido! Ou a ter de prestar a parte da modificação em cada um dos três circuitos? Tal não acautelaria o interesse público, até pela própria confusão que geraria e iria lesar naturalmente o interesse da autarquia. Sendo bom de ver que, no contrato inicial se adjudicou a quem ofereceu as melhores condições, premissas essas que se mantêm apenas alteradas complementarmente, tal como se previa inicialmente que essa possibilidade pudesse vir a acontecer. Ou seja, a de uma necessidade que não era previsível quando se fez o contrato. Embora houvesse logo a previsão de que poderia haver alterações, essas alterações não eram de início quantificáveis. E por isso o próprio contrato prévio a possibilidade do próprio município vir a exigir que houvessem alterações nos circuitos. Se as necessidades actuais pudessem ter sido previstas, quando foi feito o contrato inicial, seguramente, teriam sido logo fixados os percursos tal como agora se propõem na sua actual configuração. Faz todo o sentido! Portanto, muito embora em teoria os serviços novos pudessem ser separados dos serviços que estavam a ser prestados, em termos práticos, não me parece que tal hipótese seja plausível ou possível, e muito menos prática. Ora, esta ampliação resulta de uma necessidade imperiosa do melhoramento destes serviços que, não sendo possível a sua previsão no contrato inicial, este mesmo previu a possibilidade de vir a ser ajustado no futuro. Trata-se de um contrato de prestação de serviços contínuos e portanto, é natural, quanto ao fraccionamento em prestações. É um contrato que vai levar esta adenda até ao fim do contrato inicial, é natural que existam estes pagamentos fraccionados em prestações mensais. Os critérios de fixação destes novos preços, tanto quanto eu me esclareci, são rigorosamente os mesmos que estavam no contrato inicial. Portanto, as minhas dúvidas eram essencialmente não contra a matéria de fundo, à matéria política, tinha mais a ver com a questão da legalidade, e tanto quanto não só fui ver, tanto quanto troquei opinião com o Director de

Departamento, que respeito muito a opinião e disse que era perfeitamente possível, tanto que até se avançou inicialmente logo para a adenda na presunção de que não havia necessidade sequer de que viesse novamente à Assembleia Municipal, porque ela já tinha autorizado a alteração quando iniciou o contrato inicial. Mas chegou-se à conclusão que sim, que seria necessário, em virtude do valor da prestação. E portanto, o mesmo órgão que deu autorização para o contrato inicial, deveria ser esse mesmo órgão também o órgão competente para vir agora dizer, se sim ou se não. Estas eram as minhas dúvidas e já as tirei. -----

Paulo Freitas - O que aqui está, mais do que um aumento, é a possibilidade dos circuitos à necessidade da população. Esta questão abrange três circuitos já existentes, e que vão ser adequados às necessidades do público em geral e à necessidade da população que reside nestes três circuitos. Tem um pouco a ver, a Linha Verde, com a questão do Terminal Rodoviário, a zona nascente de Albufeira, Areias de S. João, Sta. Eulália e Montechoro, passe agora também a nascente da cidade, na zona do cemitério novo, dos armazéns municipais, a zona de Vale Pedras, onde está em curso a construção da nova escola, abarcando a realidade daquela zona habitacional e que permita fazer a cintura urbana por aquele perímetro, englobando novas áreas e alargando um pouco mais a circulação das pessoas neste perímetro urbano. Obviamente que, a quando do contrato inicial, põe exemplo, a questão da construção da escola ainda não estava presente, esperamos que no próximo ano lectivo já esteja em funcionamento, não estava previsto aquando do lançamento do percurso, mas o concurso aprovado por esta Assembleia Municipal, permitiu a flexibilidade na actuação dos percursos sem a necessidade de concurso público, dando uma elasticidade necessária para um contrato desta natureza. Portanto, ao reconhecer esta necessidade de abarcar novos núcleos residenciais nestes dois perímetros, nomeadamente na questão da Linha Verde, está-se a salvaguardar o interesse das pessoas, basicamente, não é um custo que se tenha como exagerado para isto, que é adequado em proporção do que estava inicialmente estabelecido, não havendo praticamente um aumento, havendo sim, digamos, há um aumento de serviços, mas um aumento da prestação a pagar mas proporcional ao que já era prestado. Mais importante do que isto, trata-se de uma alteração que é imperiosa, é quase obrigatória por parte da Câmara Municipal prover àquele circuito. A Linha Azul é no mesmo percurso da Linha Verde, no sentido inverso, exactamente nos termos em que funcionam hoje as mesmas Linhas. A Linha Vermelha terá o percurso, do Terminal Rodoviário, zona poente com limite o Páteo, foi agora estendida ao Vale de Sta. Maria, também uma nova zona residencial, na mesma Linha que vai permitir adequar as necessidades daquele perímetro. Tanto uma como outra, as alterações, são objecto por parte dos residentes, de várias petições entregues aos serviços camarários e também à empresa que explora os transportes. Portanto, mais não se está a fazer, a não ser dar uma resposta às necessidades imediatas servidas pela população. Obviamente, tudo isto faz-nos chegar um pouco à questão do desenvolvimento urbano de Albufeira, onde as necessidades hoje são de diversa natureza, isto é no sentido e em função das necessidades das populações serem servidas por este transporte, obviamente

melhorando as suas condições de circulação e de utilização. A segunda alteração ao circuito por parte da Linha Vermelha vai desde o edifício do Município até à nova Rotunda em frente à Quinta da Balaia, que também permite uma paragem frente ao mercado das Areias de S. João, obviamente beneficiando os comerciantes, permitindo uma maior flexibilidade das pessoas àquele equipamento de comércio tradicional. Tudo isto, resulta do crescimento que se verifica e da impossibilidade de se ter verificado após a adjudicação deste concurso, destas realidades que neste momento se sabe como é que funciona, se sabe das necessidades da população que tem vindo a participar activamente nos critérios aferidores dessas necessidades e o executivo tem tentado dar resposta e esta é uma situação clara, inequívoca, dessa atenção e da necessidade de estabelecer o serviço a quem necessita. Ainda poderíamos referir que, o custo é um acréscimo adicional de 25%, custo este que é adquirido dos mesmos modos do critério inicial do concurso público, não havendo um aumento, há sim um pagamento de um serviço que também aumentou. Estamos a aumentar o custo, proporcional ao serviço prestado. -----

Fernando Gregório (Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras) - O Sr. Paulo Freitas, explicou e muito bem explicado, a importância dos transportes públicos, ao qual concordo plenamente e a importância que tem na vida das pessoas. Os transportes públicos são fundamentais para as pessoas, no seu dia a dia. Verifica-se que há uma expansão dos serviços prestados em termos de fundamentação para as pessoas. Queria dizer que, acho que se deveria pensar, num futuro próximo, na possibilidade dos transportes públicos chegarem às Ferreiras. Porque, as Ferreiras, como sabe, é um núcleo urbano importante no contexto do concelho, e para além disso é nas Ferreiras que vão por todas as acessibilidades do país. Por um lado irá servir não só a população das Ferreiras, mas toda a zona envolvente e por outro lado, evitaria que a cidade ficasse congestionada, porque as pessoas tendo transportes públicos disponíveis, deixariam de trazer para a cidade as suas viaturas. Eu, há uns meses atrás, enviei um ofício para a Câmara Municipal, no sentido de a Câmara Municipal, se assim o entender, estudar a possibilidade de o Giro chegar a Ferreiras, já que chega ao Parque de Campismo. Já tive a oportunidade de verificar que o Giro, quando chega ao Parque de Campismo, lá fica estacionado durante um período de tempo. Se calhar, o tempo que ele fica lá parado, daria tempo suficiente de ir às Ferreiras e voltar. Foi uma observação que fiz. Independentemente disso, acho que seria de pensar que o Giro chegasse às Ferreiras. -----

Presidente da Assembleia - Gostaria só de confirmar com o Sr. Presidente, hoje aqui em exercício, o Sr. Vereador, que este aumento de preço está assente no princípio da proporcionalidade como fixado no contrato. -----

Vice-Presidente José Carlos Rolo - É correcto e afirmativo! -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório e José Pimenta. -----

Ausências: duas (02) Francisco Calhau e Adriano Ferrão. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO SEXTO

Apreciação de reclamação e tomada de posição sobre a venda em hasta pública de prédios clandestinos em Paderne. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Este ponto mereceu já uma reacção por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal em relação ao Sr. Chefe da Repartição de Finanças de Albufeira. Todos os Membros da Assembleia receberam cópia dessa exposição. Situando a questão, mais ou menos, está aqui o Sr. Francisco Guerreiro que também conhece a situação, de perto e melhor do que eu. Trata-se de habitações que terão vindo a ser feitas junto à "Faceal", que iam servindo para os trabalhadores se irem acomodando. Construções essas que são posteriores a cinquenta e um, que foram sendo feitas sem projecto e que, tanto quanto eu pude ver depois, com alguma habilidade, ainda não sei como, terei depois de ver, terá havido algumas constituições de propriedade horizontal, com divisão em fracções, em r/c e 1º andar. Estas edificações foram sendo fraccionadas, têm inscrição matricial própria e descrição na Conservatória própria. Mas falta um elemento, que é a licença de utilização, e como tal são edificações não transmissíveis, pelo menos qualquer Notário de algum adquirente que, de boa fé, vá comprar ao Estado em hasta pública uma determinada casa, pensa que fica dono da casa e um dos poderes do dono é precisamente, depois, poder vender a casa. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara fez esta comunicação ao Sr. Chefe da Repartição de Finanças, alertando para o facto da clandestinidade disto, em que o Sr. Chefe da Repartição de Finanças, ouvidas as instancias, interferiu e acho que terá continuado o procedimento de venda em hasta pública. A minha opinião é, trata-se de uma burla. Porque quem for comprar um objecto que não reúne de facto, a aparência dessas qualidades legais, em ultima instância é uma burla. Haverá nos Tribunais, coisas deste género, consideradas burla; há essa possibilidade. Estamos a falar, por outro lado, de um aspecto social relevante, de pessoas que, apesar de habitarem em bairros clandestinos, a Câmara até parece que lhes terá fornecido água, não deixam de ser pessoas e o objectivo com certeza será que um dia possam ser de lá retiradas, para habitação social; naturalmente são pessoas carenciadas, que até ficaram sem emprego. Há um factor social, mas esse factor é independente daquele factor legal, que nós estamos a presenciar no nosso município e com entidades públicas que, pelo menos pela aparência, estão a desrespeitar a Lei que de uma forma, eu diria, abusiva, com alguma cautela. E acho que esta Assembleia, é um assunto de interesse municipal, tem toda a competência para se pronunciar sobre esta matéria. Inclusivamente há uma reclamação que nos é feita por um Senhor que lá vive,

José Manuel Luís Cardoso Martins. Mas eu, independentemente desta reclamação, devo dizer que tomei conhecimento da questão através do Senhor Padre César, e é uma questão de foro social importante. Tem também um foro legal importante, é no nosso concelho e está aqui na freguesia de Paderne. Acho que ficarmos impávidos e serenos perante isto, não devemos ficar, mas é a minha opinião, vale o que vale. A palavra é da Assembleia. (E passa a palavra aos Membros.) -----

José Pimenta - Estou completamente de acordo com o que disse o Sr. Presidente da Assembleia, só que há um passo a seguir. O passo a seguir é, aquilo não vai ficar indefinidamente naquela situação. Não acredito que essa situação fique indefinidamente. Será, porventura a autarquia a ter de dar esse passo, e será na construção de habitação social para todo aquele pessoal que lá vive. Se aquela zona não for vendida de uma maneira, poderá, eventualmente, ser vendida de outra maneira. No lugar de ser pela parte urbana, poderá ser pela parte rústica, em que incluía a parte urbana. E temos de ver essa situação também. Eu penso que o mais rápido possível, essa situação deve ser resolvida, como já disse, com a construção de habitação social para estas trinta e uma famílias, com crianças e casais de uma certa idade, que não conseguirão fazer compra de uma casa para habitação. -----

Paulo Freitas - Obviamente que é uma questão importante, não só por ser uma questão social, mas porque temos aqui uma questão em que há uma alienação por parte de um órgão público em total arrepio pelas regras legais, permitindo fazer a alienação de imóveis ilegais. Isto é total subversão das mais basilares regras da construção e da edificação e, é um organismo público que o faz. Portanto, cumpre-me dar aqui o reforço por parte do esforço da Câmara Municipal ao Sr. Chefe do Serviço de Finanças de Albufeira. Repugnar-me com a sua resposta, vazia e, perdoem-me a expressão, que efectivamente passa por cima do município e impõe a sua regra e a sua vontade, ao total arrepio, inclusive pelos direitos de quem vai adquirir e parece, ao cumulo, tanto quanto tomei conhecimento, já adquiriu estes imóveis, em que ao comprar baseados no principio de uma boa fé pública, estará a comprar um bem existente, quando na realidade a sua existência passa tão só por uma obrigação fiscal através da matricial de uma verificação existencial na descrição, que no entanto carece da legalidade na sua construção. E estamos, efectivamente, a ver um serviço público a pactuar com vendas ilegais, quando o Governo sempre pretendeu tomar o cuidado com os loteamentos de génese ilegal e tiveram o cuidado de o arrendar, em que é um organismo público que, com alguma ligeireza, permite o tráfico jurídico destes bens de um ponto de vista inexistentes, defraudando as expectativas de quem lá vai e de quem corre nisto por publicitação desta venda, que ao fim e ao cabo não é uma venda porque carece de algum substrato legal para ser alienado. A Bancada do PSD propunha que se tome este texto, do requerimento da Câmara Municipal ao Sr. Chefe do Serviço de Finanças, e que sirva como deliberação por parte desta Assembleia, reproduzindo-se o texto na integra e remetendo-se para as autoridades competentes, para acompanhamento da posição, de maneira a que nós possamos também, no estrito sentido da legalidade que nos move, acautelar os interesses daqueles que sejam levados a acreditar, perdoem-me a expressão, na alienação destes prédios que algum



dia possam usufruir a plenitude dos mesmos no tráfico jurídico, quando isso não é verdade e está perfeitamente defendido na Câmara Municipal, no seu requerimento/posição ao Sr. Chefe de Finanças, que tentou acautelar os interesses dos compradores, tentando acautelar o interesse público, que é isso que está a tentar acautelar, e que este texto consubstancie uma declaração da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia - Tanto quanto percebo, o Dr. Paulo Freitas está a propor que a Assembleia faça sua como posição o texto, na íntegra, da Câmara Municipal. -----

Francisco Oliveira - Eu aqui vou manifestar a minha posição meramente pessoal e não propriamente da bancada e é uma opinião mais técnico-jurídica porque entendo que, aliás até como profissional, já fiz algumas transmissões em que, decorrentes de processos de falência, execução fiscal, foi possível fazer a escritura sem licença de utilização. Há um artigo do Código que o permite. Nos casos em que a venda é feita em hasta pública e é feitas nestas circunstâncias, seja feita, efectivamente, e que o Notário passa fazer, com as devidas interpretações, com certeza, mas que de facto assim é. E a questão penso que não é por aí. Se nós vamos por aí, eu penso e acho que todos aqui comungamos da mesma posição que é, conseguir resolver o problema destas famílias que lá estão há não sei quantos anos, e da melhor forma possível, sem que eles efectivamente sem o seu tecto e sem as casas que possam lá ter, legais ou ilegais. Fazia, depois deste reparo, uma primeira pergunta à Câmara Municipal, aqui na pessoa do Sr. Vice-Presidente da Câmara, que era saber e com certeza já foi feita, se por via da legislação urbanística, foi ou não já possível tentar conseguir resolver a possibilidade de ser dada a licença de utilização a estas casas? E a segunda é: tendo em consideração que a nova legislação que vai sair em Março, precisamente para os loteamentos, permite em algumas circunstâncias e aqui também vou referir o meu desconhecimento da Lei, pelo menos preciso relativamente a estas questões, mas que diz que no caso de edificações que existam há mais de dez anos e que não tenham sido demolidas por parte da Câmara Municipal, podem considerar-se legalizadas. Não sei se o tema é este, não estou a citar a Lei e não vi a Lei. Mas colocava estas questões, porque eu penso que a solução aqui, eventualmente, será efectivamente, tentar permitir a legalização, porque segundo ouvi dizer, é que algumas das famílias poderiam estar dispostas a adquirir aquelas parcelas de terreno, com as referidas habitações, caso lhes fosse dada essa possibilidade, e caso os valores, naturalmente, fossem o mais razoável possível. Eu estou a colocar todas estas situações, porque me parece que enveredando pela perspectiva da execução fiscal, a não ser que a gente chegue ao coração de algum dos Senhores que estão lá em cima, dificilmente esta situação poderá ser alterada. Porque na verdade, o bem que existe, é um bem que é exequível. Se a construção que se encontra em cima do bem é ou não legal, isso serão outros "quinhentos". Agora, que de facto, isso confirmo, fiz já escrituras com base em execuções com adjudicações ilegais e o Notário pode fazê-lo, com a advertência de que a pessoa que adquire, adquire com a garantia e com a necessidade de vir a legalizar o imóvel, essa é a advertência feita. Agora o que acontece é que, as pessoas adquiram, se efectivamente a Lei não permitir essa legalização, põem lá as suas poupanças ou

contraíram um empréstimo para adquirirem estes bens e depois, um dia mais tarde, não os podem transaccionar. Deixo aqui à consideração. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - É uma situação social muito complicada. Eu conheço aquilo desde que foi construído, em sessenta e cinco. Carreguei para lá quase todo o material para a construção. São habitações que não têm projecto. Naquela altura não foi feito nenhum projecto, não sei porquê. Eu e o Presidente da Câmara ainda fizemos algumas reuniões para resolver o problema da electrificação e, a Câmara teve a coragem, que é de louvar, de "jogar as mãos" àquelas pessoas. Tivemos lá um gerador uma série de dias a trabalhar o dia todo e era muito complicado. A Câmara também colocou água lá próximo. Se não fosse isso, as coisas estavam piores. Vive lá muita gente com fracos rendimentos. Eu, na altura quando o Vereador lá foi, acompanhei-o. Os preços da avaliação que ele fez, estavam razoáveis para que as pessoas pudessem comprar e as pessoas estavam interessadas em comprar. Só que depois, a partir de uma determinada altura, comecei a pensar e falei lá com as pessoas. Sem projecto, na minha opinião pessoal, não sou jurista nem arquitecto, seria muito complicado fazerem a transacção do bem, e mesmo para ter água ou electricidade, é necessário um documento. Isso preocupou-me, falei com o Presidente e fomos lá falar com as pessoas para explicar esta situação, para que estivessem bem informadas. O que me parece é que, segundo informação, é difícil resolver este problema. Não sei se será por esta via que o Francisco Oliveira diz, ou se poderá abrir uma excepção, não sei? Não vejo grande hipótese. É uma situação muito complicada, para já está num terreno onde não se pode construir, e na altura da venda em hasta pública apareceu um indivíduo para comprar aquilo tudo. A avaliação tinha sido feita mais baixa para dar hipótese às pessoas para comprar e o receio era que aparecesse alguém para comprar aquilo tudo e, parece que apareceu. A fábrica está dividida em fracções, ainda hoje recebi o Edital. Em termos da Câmara puder colocar lá os contadores de água para as pessoas, não sei como poderá ser, talvez se possa responsabilizar por isso, não sei. Relativamente à electricidade, será mais complicado. Até aqui, dizem que a Câmara está a fornecer água, mas a Câmara não está, a Câmara pôs a água lá próximo para eles irem buscar. A água está a ser levada de um furo. A Câmara não tem lá contadores neste momento. Não sei o que se poderá fazer em termos de Assembleia, qual é a nossa missão propriamente dita, talvez pudéssemos dar uma ajuda nesta situação. Eu sou da opinião de que alguma coisa deveremos fazer para resolver este problema, porque é uma situação muito complicada. -----

Presidente da Assembleia - À partida, o que me parece é que, a primeira forma de reagir é contra as vendas, porque sendo vendas sobre Bens que não podem ser objecto de comércio jurídico; não é uma casa que se iniciou com projecto aprovado, ou que esteja numa zona edificandi e que, portanto seja susceptível de legalização; estamos a falar de edificação clandestina e que, no meu entendimento é de que tal não é possível; e numa hasta pública em que as pessoas vêm a qualidade das casas pela sua descrição e pelo seu preço, que deve ser um preço baixo, não sei qual o valor da hasta pública mas presumo que seja um valor muito baixo, gera-se um efeito de perverso que é o seguinte: os que lá estão a viver, conhecendo a situação, não vão arriscar a adquirir

algo que nunca é deles e que amanhã pode ser demolido, porque é o que está em causa, além de que são pessoas de fracos recursos, e que mesmo dez mil euros é uma fortuna para eles, considerando esse tipo de valores; por outro lado temos outros que olham para aquilo, provavelmente como uma óptima aquisição, seja o que for, pensando que se trata de um apartamento ou qualquer coisa do género, quando afinal de contas foram enganados nos pressupostos, porque estavam lá em "Freixo de Espada à Cinta" e viram anúncios e toca a comprar porque seja o que for, por dois mil contos, não se compra nada. Não sei se é este o valor, mas presumo que estejamos a falar de grandezas pequenas em termos de valores. E o que se passa, é que de facto, é a minha opinião como jurista, é que se está a enganar as pessoas e com uma agravante, é que as vendas levam a que, em acto seguido, se ponha em causa imediatamente a ocupação da casa, porque a venda em hasta pública pressupõe que esteja livre também de pessoas. Portanto, põem-se em causa a imediata desocupação daquilo, o que vai agravar, logo à partida, o problema social que nós temos e sabemos que existe. E quem vai comprar, porque está em zona de não edificação em termos de PDM, está em zona que não é possível legalizar aquilo, e portanto, se não é possível legalizar é de facto ilegal a venda. Este é o meu entendimento, sujeito a erro, evidentemente, mas é o meu entendimento. Também já alguém colocou a questão, "então é o todo?", acho que foi o Sr. Pimenta. A propriedade poderá ser amanhã vendida no seu todo. Se for a propriedade, terá de se fazer alterações matriciais, alterações na Conservatória e isto dá mais algum tempo às pessoas para lá estarem mais um tempo, enquanto não se resolve o problema registral. Agora, sempre é melhor estarem lá, apesar de mal do que estarem na rua, imediatamente. -----

Fernando Cabrita - E reitero, parece haver dois problemas bem diferentes desse. O problema político da preocupação relativamente às famílias que lá estão, outro é o problema jurídico. Mas mesmo dentro do problema jurídico, parece que há uma subdivisão a fazer, ser compreendido nas bases do direito fiscal. Muitas vezes o direito fiscal não se preocupa com o impacto moral e muitas vezes até legal. Há um exemplo estafado que se dá, que era, nas casas de prostituição que não eram autorizadas, tudo havia eram deixadas, e foram sempre alvo de impostos. Este era o princípio básico. Portanto, relativamente aqui, eu penso que, sendo um Bem exequível que pode ser licitado por alguém. Esse alguém tem de saber se está ocupado, se há contratos de arrendamento, se efectivamente há licença de habitabilidade e se não há. Em execuções normais, até daquelas que não são promovidas pelas entidades fiscais, alguns casos que tive, nunca vi os Juízes tomarem grande preocupação relativamente à existência ou não da licença de habitabilidade. Devo dizer que já rematei casas sem licença de habitabilidade. O credor, pode ser um Banco, pode ser outra entidade, executa, faz a sua proposta, seja em hasta pública, seja proposta de carta fechada, e a verdade é que pode pedir a adjudicação se tiver um crédito muito grande, se for uma entidade bancária e, normalmente adjudicam. Judicialmente é isso que tem vindo a acontecer, portanto, aqui mesmo sem estarmos no foro fiscal. Agora no foro fiscal, há sempre uma certa prepotência. Eu não estou muito crente que a pessoa que comprar aquilo, não saiba o que está a comprar. Quem está a rematar aquilo, tem uma unidade

fabril e tem, obviamente, a construção, que eu não conheço. É obvio que, do ponto de vista político, nada obsta a esta Assembleia tomar a sua decisão e de estar preocupada com outro aspecto, que é o aspecto humano da questão. Isso é outro problema! Não sei se no aspecto jurídico não será uma venda normal, quem faça a melhor proposta que seja considerada, "amanhã" é que vai ter dificuldade. Ou legaliza, mas como proprietário, com uma acção de reivindicação de propriedade, é capaz de por essas pessoas de lá para fora, isso no aspecto jurídico, penso eu, abordando o problema assim imediatamente. Não há uns entraves tão grandes, porque não se trata de uma normal venda em que o Notário exige, se for em loteamento, se tem certidão das infraestruturas, todas essas coisas que normalmente os Notários exigem e que está na Lei que se deve exigir. Há uma certa prepotência do executor fiscal, em tendo ali impostos, incide sobre aquele bem, que é uma fábrica, que está um edificável, nem sei se a fábrica tem licença de habitabilidade ou não. Terá que ser licenciada por entidades próprias, visto que se trata de uma unidade cerâmica. É complicado. Até parece ser uma luta, digamos, no aspecto prático jurídico, um bocado inglório. Penso eu, na minha experiência. É a minha opinião pessoal. Quem compra, amanhã não vai poder vender, isso parece que é absolutamente seguro, porque aí terá que legalizar. Se está em zona não edificando, provavelmente nunca poderá legalizar. São vários artigos. Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Tem um artigo onde é a exploração. Tem outro artigo onde é a fábrica. Tem outro onde é a fábrica antiga, que também não estava legalizada. Tem outro artigo onde estava a oficina. São uma série de artigos. -----

Presidente da Assembleia - Foi sendo feita. Mas aqui as habitações são quantas? Tanto quanto eu fui informado, cada habitação tinha a sua descrição própria e a sua identificação fiscal. Se fosse uma unidade fabril que tivesse construção legal ao lado, fazia-se esse tipo de licitações. Isso é muito diferente, de transformar aquilo em fracções susceptíveis de serem objecto individualmente de comércio jurídico. Isso é que é manifesta e clamorosamente ilegal. Vendeu-se a propriedade com uma série de construções lá dentro, isso é uma realidade. Agora, no caso, o que está a vender, são uma série de fracções autónomas, tanto quanto me apercebi da situação. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Fez-se o registo predial sem as habitações terem projecto, sem nada, em setenta e dois. -----

Presidente da Assembleia - Temos aqui uma proposta do Dr. Paulo Freitas. Eu não me importo nada de a por à votação. É fazer nossa, a posição tomada pelo Presidente da Câmara, que foi remetida ao Chefe de Finanças. E também com remessa às entidades competentes. É remeter ao Ministério Público para ver se o que está a ser feito é legal ou não. Eu tenho a minha opinião. Uma pessoa que adquira e que amanhã queira legalizar e vender, como é que é? Há uma falsa aparência. Dá a aparência de que é uma casa e não é. É um monte de tijolos empilhados que não vale nada. Têm de ser demolidos. Não é um bem susceptível de ser apreendido. -----

Francisco Oliveira - Eu não me quero enganar, mas o artigo n.º 830-A do Código Civil, saiu exactamente porque aquando das falências muitos bens não eram possíveis de serem transmitidos, porque não existiam licenças de utilização. Portanto, foi permitido

que a primeira transmissão após a adjudicação dos casos de falências e outros de adjudicação, pudessem ser feitas as escrituras com a advertência expressa de que o adquirente teria que legalizar o imóvel. Como? Não se sabe. Agora, o que é facto é que, o adquirente poderia transmitir para sua titularidade o bem, por forma a depois vir a legaliza-lo. Se isso fosse possível ou não, o adquirente tinha essa advertência de que teria que o legalizar e portanto, já sabia com o que contar. Mas eu acho que a proposta deveria ser no sentido de remeter à Câmara Municipal, e que a Câmara Municipal, de facto, mandasse verificar toda a legalidade desta questão. -----

Fernando Cabrita - A Câmara já ultrapassou esse estado, já nos estão a dar conhecimento. -----

Ana Patrício - Porquê que não se pega no requerimento feito pela Câmara ao Sr. Chefe da Repartição de Finanças e a resposta dada pelo Sr. Chefe da Repartição de Finanças, e nós, Assembleia Municipal, remetemos ao Ministério Público para ter como conveniente. Parece-me mais sensato. -----

Fernando Cabrita - Parece que durante trinta anos alguém compactuou para que aquela situação se mantivesse. Daquilo que me foi dito, parece haver lá pessoas que já nada têm a ver com a fábrica. Já tive uma situação semelhante a esta, naquele Morgado de Portimão, onde acabei por passar depois os interesses à Via do Infante e, as pessoas que lá estavam a viver já nada tinham a ver com os agricultores. Tiveram uma acção de despejo. Foi a consequência. -----

Paulo Freitas - A Moção será, a tomada de posição por parte da Câmara será o equivalente à minha a qual obviamente, depois, podemos considerar deliberar, que seja remetido a Moção aprovada, conjuntamente com a resposta do Sr. Chefe do Serviço de Finanças ao Ministério Público. Acho que não são contraditórias, são complementares. -

Presidente da Assembleia - Dra. Ana, o Dr. Paulo quer manter a proposta dele, a sua vem na sequência, acrescenta, também, a remessa do despacho do Sr. Chefe da Repartição de Finanças. Vamos fazer em votações complementares? Não são propriamente antagónicas. -----

Fernando Cabrita - Acho que estamos a juntar um problema político, que é a preocupação com as pessoas que lá estão, com o problema definitivamente de carácter jurídico. A Câmara já tomou a iniciativa que teve, que até posso concordar que esteja bem, mas também tem os seus lados negativos, amanhã pode-se dizer que houve, de facto, a tolerância da situação das regras. -----

Presidente da Assembleia - Eu aqui sinto-me ofendido enquanto jurista e enquanto Albufeirense, politicamente, de Albufeira poder amanhã ser texto de notícia de se proceder aqui a vendas ilegais, absolutamente ilícitas. Esse facto, absolutamente distinto do outro factor social, é um factor de mau nome também para Albufeira. E seja qual for o Sr. Chefe de Finanças que cá esteja, acho que ninguém tem o direito de agir de uma forma ilícita, tendo consciência. Se tivesse sido colocado no anúncio, venda de habitações clandestinas, ou a venda na totalidade do conjunto com isto incluído. Aí, não havia, da minha mentalidade enquanto cidadão, qualquer repúdio em relação a esse tipo de posição. Agora, a partir do momento em que se põem em venda uma fracção autónoma, ou uma casa, tendo consciência que é ilegal, sabendo que não há

possibilidade de ser legalizada e mesmo assim procede, é pouco prudente. Eu sinto-me, politicamente, ofendido, enquanto cidadão aqui em Albufeira. Se tivesse ido à falência, vendesse-se o todo, pois isso é o percurso normal das falências. Aí ninguém se pode queixar. Aqui há pessoas que se podem queixar, são as pessoas de boa fé, que se queixar também. Eu preocupo-me com a situação de criação de impossibilidade, jogando com o baixo preço, e ao mesmo tempo com a impossibilidade de quem lá está de comprar, porque não vai querer investir as suas parcas poupanças, sujeito ao risco sério, concreto, de amanhã aquilo ser deitado a baixo, porque é insusceptível de entrar no comércio jurídico, porque é insusceptível de legalização. Portanto, estamos aqui a criar uma situação, de facto terrível, para qualquer dos lados. E o factor social é muito importante também. Houve tolerância de quarenta anos! Então e agora, à pressa, vai-se por as pessoas na rua, de uma forma ilícita. -----

Vou colocar as propostas a votação. Primeiro a proposta do Dr. Paulo Freitas, em que a Assembleia faz como sua moção este texto do Presidente, remetido ao Chefe da Repartição de Finanças, em 31-10-2007, e remessa da moção às entidades competentes. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA (A) - apresentada pelo membro Paulo Freitas. -----**

Votos Contra: um (01) Fernando Cabrita -----

Abstenções: seis (06) Euridice Vieira, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Berto Palma. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, José Pimenta, Francisco Guerreiro e Fernando Gregório. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria -----**

Presidente da Assembleia - Coloco a votação a proposta apresentada pelo membro Ana Patrício, que consiste em enviar o texto do Sr. Presidente da Câmara acrescido do despacho do Chefe da Repartição de Finanças. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA (B) - apresentada pelo membro Ana Patrício. -----**

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório, José Pimenta, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade -----**

5.

## Declaração de voto

(do Fernando Vieira Vitório Cabrita)

- Voto contra porque entendo que o refinamento apresentado, não distingue claramente a questão social de questões jurídicas. Este foi posto já pela Câmara Municipal aos Serviços de Finanças, ou melhor pelo seu Presidente (do que é dado conhecimento após a 22.ª Assembleia).

A parte jurídica processual deve ser julgada pelas instâncias competentes e se a Câmara Municipal entende defender a sua posição deverá prosseguir nesse caminho, lançando mão do meio que entender necessário, nomeadamente os meios judiciais adequados.

A questão social, dos ocupantes das instalações habitacionais em causa, alguns deles não trabalhadores que deverão no hotel e voos ser separadamente, deve ser acatada pela Câmara, providenciando quanto ao futuro das mesmas, nomeadamente procurando realojar as mesmas em locais de habitação social (ou outra, conveniente).

Adega, 17/12/2007

(Assinatura)



não pode o Partido Socialista aprovar o presente 5.  
Orçamento sem como as Grandes opções do Plano,  
por se verificar que a estratégia continue a ser  
a de aprovar os custos correntes, ~~com o aumento~~ <sup>para além</sup>  
~~de~~ <sup>de</sup> um acréscimo da carga fiscal, que como  
depois se verifica, deveria ter sido ~~aproveitada~~ reduzida  
a uma taxa inferior, à que foi aprovada em  
anterior Assembleia Municipal.

Quanto às despesas correntes é conveniente realçar  
que quando em todo o país se fez um enorme  
esforço de contenção o Município de Albufeira continuou  
a aumentar a despesa sem controle.

Por outro lado não se verifica uma menor social  
nesta orçamento.

- a) Trata-se <sup>assim</sup> de um orçamento que não evidencia  
a realidade orçamental;
- b) Que é a expressão de uma política de  
contínuo agravamento fiscal;
- c) Que sustenta opções políticas de aumento  
da despesa corrente com pessoal e funcionamento  
e de despesa de capital em edifícios administrati-  
tivos sem ter em conta a hierarquização das prioridades.
- d) Quando <sup>que é um</sup> orçamento ~~o~~ plano <sup>que</sup> não tem uma  
menor social;

Não poderá o Partido Socialista aprovar as  
Grandes opções do Plano 2008/2011 sem o  
Orçamento de 2008 pelo voto contra.

O Partido Socialista  
~~Albufeira~~

Vereador Fernando Anastácio - Posso dar um esclarecimento, se for possível? -----  
 Está publicado um Diploma legal, que vai entrar em vigor em Março, em que diz claramente, como é que se resolvem estes problemas. Ou seja, construções construídas ilegais, há mais de 10 anos, são susceptíveis de legalização, mesmo em contravenção com as normas dos regulamentos. Não resolve o problema mas, admitimos que, em Março haverá condições para a autarquia, aplicando a Lei que está publicada em Diário da República, resolver o problema destas casas, poderem a vir a ser legalizadas. É evidente que não se pode consignar isto ao momento de hoje, mas é uma "janela" de como este assunto pode ser resolvido, na perspectiva daquelas casas que lá estão poderem vir a ter a sua respectiva licença de utilização. É claro, parece não haver grandes dúvidas sobre isso. Portanto, à partida, têm aqui um instrumento. O Sr. Presidente está bastante preocupado sobre esse assunto, mas a Câmara Municipal não tinha conhecimento do ponto de vista da posição da resposta à Repartição de Finanças. Eu enquanto Vereador nunca tive conhecimento dessa posição. -----

### PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do Direito de Superfície a favor da Associação "Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Têrreas do Algarve" - Concretização da "Aldeia da Solidariedade", nos termos na alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Paulo Freitas - Gostaria de propor uma adenda na parte final, onde se acautela o direito de reversão. Na alínea h) onde se diz, "*extinção automática do direito de superfície, com a imediata reversão do imóvel para o município de Albufeira*", no terceiro parágrafo. "- a Associação aliene, gratuita ou onerosamente, a obra superficiária, ou constitua sobre aquela, direito de superfície, ou outro direito real, a favor de terceiro;". Propomos que passe a constar na parte final " ... ou outro direito real, ou outra cedência onerosa ou gratuita, a favor de terceiro;". Estamos aqui a acautelar a alienação ou outro direito real, mas não o facto de haver cedência, nomeadamente um contrato de arrendamento que possa vir a prejudicar o fim a que se destina este direito de superfície. -----

Euridice Vieira - Mas isso não é o que está na alínea g). -----

Paulo Freitas - O que existe na alínea g) é uma proibição e não um dos requisitos para se verificar a extinção automática do direito de superfície, onde depois se verificará a imediata reversão do imóvel para o município de Albufeira. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca a proposta da Câmara Municipal com a alteração proposta pelo membro Paulo Freitas, acrescentar "ou outra cedência onerosa ou gratuita", à votação: -----

**VOTAÇÃO:** PROPOSTA C.M.A. COM PROPOSTA DE ALTERAÇÃO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e três (23) Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório, José Pimenta, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, José Vila Nova, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----  
 Ausências: duas (02) Ana Patrício e Francisco Oliveira. -----  
**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração por adaptação do PDM de Albufeira, nos termos do D.L. n.º316/2007 de 19 de Setembro e do PROTAL na sua redacção actual. -----

Presidente da Assembleia - Em relação a este ponto. Este ponto é reduzido à proposta da Câmara que é, dar conhecimento à Assembleia da proposta de revisão. Houve um lapso aqui na redacção do ponto. De facto, o ponto está reduzido aquilo que é a proposta da Câmara, que como devem ter lido, apenas nos remetiam para nosso conhecimento, uma vez que, tanto quanto sei, ainda está dependente de alguns procedimentos que se aguardam, designadamente parecer da CCDR. A intenção da Câmara Municipal ao remeter-nos o documento foi para já termos conhecimento da questão. Alguém quer se pronunciar sobre isto? -----  
 Ninguém quis intervir. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. O Presidente da Assembleia deseja a todos Boas Festas. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 01:10 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de Dezembro de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_